



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM JUNHO 2007





PRESS RELEASE

Bovespa: BRSR3, BRSR5 , BRSR11

Este Press Release pode conter informações sobre eventos futuros. Tais informações não seriam apenas fatos históricos, mas refletiriam os desejos e as expectativas da direção da Companhia. As palavras "antecipa", "deseja", "espera", "prevê", "planeja", "prediz", "projeta", "almeja" e similares pretendem identificar afirmações que, necessariamente, envolvem riscos conhecidos e desconhecidos. Riscos conhecidos incluem incertezas que não são limitadas ao impacto da competitividade dos preços e serviços, aceitação dos serviços no mercado, transações de serviço da Companhia e de seus competidores, aprovação regulamentar, flutuação da moeda, mudanças no mix de serviços oferecidos e outros riscos descritos nos relatórios da Companhia. Este Press Release está atualizado até a presente data e o Banrisul não se obriga a atualizá-lo mediante novas informações e/ou acontecimentos futuros.

Segunda-feira, 13.08.2007

Divulgação dos Resultados do 1º Semestre de 2007

Apresentamos, abaixo, os principais números obtidos pelo Banrisul no 1º semestre de 2007 contendo nosso Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras completas, inclusive as Notas Explicativas, que está sendo disponibilizado no site do Banrisul www.banrisul.com.br/ri/ .

1. O lucro líquido consolidado do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S A (Banrisul) no primeiro semestre de 2007 foi de R\$ 725,1 milhões, com rentabilidade anualizada de 94,0% sobre o patrimônio líquido. O patrimônio líquido consolidado de R\$ 1.845,9 milhões evoluiu 49,8% sobre igual período do ano anterior e o patrimônio líquido de referência, para efeito de cálculo dos limites operacionais, atingiu R\$ 1.843,9 milhões.
2. Os ativos consolidados do Banrisul alcançaram R\$ 17.198,9 milhões, com evolução de 18,1% sobre junho de 2006. A carteira de crédito incluindo operações de Arrendamento Mercantil apresentou crescimento de 8,9% em relação a igual período do ano anterior, atingindo R\$ 6.790,7 milhões. As operações de crédito geral com pessoas físicas totalizaram R\$ 2.436,1 milhões com uma evolução de 22,0% em relação a junho de 2006, enquanto que as operações com pessoas jurídicas atingiram o saldo de R\$ 2.042,0 milhões, expansão 6,3% sobre junho de 2006. Os recursos captados por meio de depósitos e os recursos administrados evoluíram 16,7% sobre igual período do ano anterior, totalizando R\$ 15.398,9 milhões. Os depósitos cresceram 18,6% atingindo o montante de R\$ 11.043,7 milhões.
3. A Remuneração aos Acionistas, no semestre, na forma de Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos pagos e provisionados, somou R\$ 172,2 milhões, sendo que desse valor já foram pagos R\$ 100,7 milhões a título de juros sobre capital próprio (comparado com R\$ 100 milhões no mesmo período de 2006).
4. O Banrisul recolheu ou provisionou R\$ 189,4 milhões em impostos e contribuições próprios relativos ao primeiro semestre de 2007. Além disso, os tributos retidos e repassados, incidentes diretamente sobre a intermediação financeira chegaram a R\$ 520,1 milhões.
5. Destacamos os seguintes Eventos Relevantes:
 - Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 1
Em 21 de junho de 2007, o Banco, o Acionista Controlador, os Administradores e a BOVESPA celebraram o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 1, contendo obrigações relativas à listagem do Banco no Nível 1, fazendo constar no seu Estatuto Social regras estabelecidas para companhias com ações listadas no Novo Mercado:
 - Ativação dos Créditos Tributários
A administração do Banco decidiu registrar os créditos tributários e os débitos fiscais deferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre diferenças temporárias impactando o resultado do período positivamente em R\$ 511.190 mil, baseado em estudo técnico que comprova a capacidade do Banrisul gerar resultados futuros tributáveis suficientes.
 - Termo de Convênio para a manutenção da folha de pagamento do Estado no Banrisul
Em 29 de junho de 2007 foi estabelecido Termo de Convênio de nº 1959/2007, entre o Banrisul e o Estado do Rio Grande do Sul, que disciplina o relacionamento institucional no que se refere à sistemática de pagamento da remuneração dos servidores públicos estaduais, bem como a prestação de outros serviços bancários de interesse específico da administração direta do Estado, pelo prazo de

5 anos, uma vez que, nos termos do § 3º do Art 164 da Constituição Federal e do Art 147 da Constituição Estadual, o Banrisul é responsável pelo pagamento da folha de pessoal da administração direta do Estado, mediante utilização de recursos repassados para essa finalidade.

Na vigência deste convênio é assegurada ao Banco a exclusividade na prestação dos serviços bancários relacionados ao pagamento de pessoal dos servidores ativos, inativos, pensionistas vitalícios e especiais do Poder Executivo e dos pensionistas previdenciários, bem como, a preferência na exploração de outros serviços bancários, inclusive de concessão de crédito consignado aos servidores públicos estaduais.

- Oferta Pública de Ações

Em julho de 2007 o Banrisul realizou oferta de distribuição primária e secundária de ações preferenciais, mediante subscrição pública, conforme processo CVM RJ/2007-04223 protocolado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e aprovado em reunião do Conselho de Administração do Banrisul realizada em 02 de julho do presente ano. Os recursos provenientes da aquisição das ações pelos investidores reforçarão nossa base de capital em R\$ 800 milhões, com o objetivo de financiar a expansão das operações de crédito e implementar estratégias de investimento em tecnologia da informação.

6. No semestre os investimentos em Infra-Estrutura, Informática e Telecomunicações somaram R\$ 69,2 milhões.
7. O Banrisul possui a maior rede de atendimento do Estado do Rio Grande do Sul, composta por 1.069 pontos de atendimento distribuídos em 418 Agências, 283 postos de serviços e 368 pontos de Banrisul Eletrônico. Do total de agências, 389 estão localizadas no Rio Grande do Sul, 13 em Santa Catarina, 14 nos demais estados brasileiros e 2 no exterior.
8. O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, confirmou em reunião no dia 15 de junho de 2007, o Rating **A** com perspectiva **estável** considerando que o Banco apresenta solidez financeira intrínseca boa, é uma instituição dotada de negócio seguro e valorizado e tem boa situação financeira atual e histórica. O ambiente empresarial e setorial pode variar sem, porém, afetar as condições de funcionamento do banco. O risco é muito baixo, situação essa que se mantém desde março de 2003.
9. O Banrisul, no primeiro semestre de 2007 obteve, através de premiação, os seguintes reconhecimentos:
 - Primeiro lugar entre as 16 instituições bancárias preferidas dos gaúchos, segundo avaliação do instituto Dataulbra.
 - Marca preferida na categoria banco e segundo banco mais lembrado, de acordo com a pesquisa Marcas de Quem Decide, organizada pelo Jornal do Comércio e o Instituto de pesquisas QualiData.
 - Sétimo lugar entre os maiores bancos no Brasil, segundo ranking publicado na revista Forbes Brasil. O levantamento foi elaborado pela agência de risco e consultoria financeira independente Austin Rating.
 - O Banrisul foi premiado pela revista especializada em informática InformationWeek Brasil, de São Paulo, no estudo "As 100 Mais Inovadoras no uso de TI 2006".
 - Prêmio e-finance 2007 da revista Executivos Financeiros na categoria Melhor Implementação de ERP (Enterprise Resource Planning).
10. As ações de responsabilidade corporativa do Banrisul refletem o compromisso de investir em programas de geração de emprego e renda, de dar atenção à educação e à saúde, de preservar os valores e tradições culturais e de proteger o meio ambiente. No conjunto, foram investidos mais de R\$ 7,1 milhões, no primeiro semestre de 2007, em projetos educacionais, culturais, esportivos e voltados à saúde. Um dos compromissos da administração é zelar pela perenidade da instituição e incorporar considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e das operações.

Porto Alegre, 13 de agosto de 2007.

Aod Cunha de Moraes Júnior
Presidente do Conselho de Administração



Mensagem do Presidente

O primeiro semestre de 2007 representou a consolidação de uma nova fase do Banrisul. A instituição se fortaleceu e está entre os maiores e melhores bancos públicos do Brasil.

Mesmo sendo regional, ocupa posição de destaque no ranking dos grandes bancos nacionais. Mas, para estar entre os melhores, foi necessário inovação, ousadia, trabalho em equipe e confiança no futuro. O Banrisul desenvolveu um Novo Modelo de Gestão, cujo objetivo é estabelecer mecanismos de gestão para a adoção de padrões adequados de Governança Corporativa, com a institucionalização dos procedimentos administrativos e operacionais, a fim de sustentar o crescimento do Banco.

A oferta pública de ações no mercado e a adesão ao Nível 1 de Governança Corporativa tornaram-se condições essenciais para o Banrisul continuar evoluindo, forte e público. É preciso ter reservas de capital que sustentem o crescimento e a capitalização foi a melhor solução para a perenização do Banco.

A imagem positiva da instituição, tanto no Brasil quanto no exterior, é uma conquista do qualificado quadro funcional e de uma harmônica sintonia de gestão. Os reconhecimentos alcançados, sejam na área de tecnologia bancária, sejam em transparentes e modernas técnicas de controles de pagamentos, retratam esse dedicado trabalho, potencializado pelos mais de 8,9 mil funcionários do Banrisul.

O desafio agora é não ser apenas mais um banco público, mas sim uma instituição pública arrojada e forte.

Agradecemos a todos que contribuíram para que o Banrisul se tornasse a instituição sólida, competitiva e comprometida com o desenvolvimento econômico e social que é hoje. Nosso agradecimento, especialmente à confiança dos funcionários, à contribuição dos acionistas e ao apoio incansável do Governo do Estado.



Fernando Guerreiro de Lemos
Presidente

Índice

<i>Relatório da Administração</i>	04
<i>Demonstrações Financeiras</i>	24
Balanços Patrimoniais	25
Demonstrações do Resultado	29
Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos	30
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	32
<i>Notas Explicativas</i>	33
Nota 01 – Contexto Operacional	34
Nota 02 – Apresentação das Demonstrações Financeiras	34
Nota 03 – Principais Práticas Contábeis	35
Nota 04 – Demonstrações Financeiras Consolidadas	40
Nota 05 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	40
Nota 06 – Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	40
Nota 07 – Créditos Vinculados	43
Nota 08 – Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos	44
Nota 09 – Outros Créditos	46
Nota 10 – Depósitos e Captações no Mercado Aberto	47
Nota 11 – Obrigações por Repasses	47
Nota 12 – Obrigações por Empréstimos no Exterior	48
Nota 13 – Outras Obrigações	48
Nota 14 – Provisão para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	49
Nota 15 – Receitas de Prestação de Serviços	49
Nota 16 – Outras Despesas Administrativas	50
Nota 17 – Outras Receitas Operacionais	50
Nota 18 – Outras Despesas Operacionais	50
Nota 19 – Patrimônio Líquido	51
Nota 20 – Acordo de Basiléia	53
Nota 21 – Compromissos, Garantias e Outros	53
Nota 22 – Imposto de Renda e Contribuição Social	54
Nota 23 – Fundação Banrisul de Seguridade Social e CABERGS - Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul	55
Nota 24 – Instrumentos Financeiros	57
Nota 25 – Saldos e Transações com Partes Relacionadas	57
Nota 26 – Eventos Subseqüentes	58
<i>Pareceres</i>	59

Relatório da Administração

APRESENTAMOS O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, RELATIVOS AO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2007, ELABORADOS DE ACORDO COM AS NORMAS ESTABELECIDAS PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM) E PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN).

Cenário Econômico

A economia brasileira apresentou um desempenho positivo no primeiro semestre de 2007, reflexo, em grande medida, da elevação da demanda interna, principalmente, no tocante ao dinamismo do consumo das famílias e da expansão dos investimentos produtivos.

O desempenho dos índices de inflação, apesar de terem sofrido algumas pressões altistas advindas dos preços dos alimentos nos primeiros meses do ano, apresentaram resultados abaixo das expectativas dos agentes econômicos. O IPCA, índice utilizado como meta para inflação, acumulou 2,08%, no semestre em questão, e, em doze meses, 3,69%, abaixo do centro da meta de 4,5% para 2007. Diante disso, a autoridade monetária intensificou as reduções na Taxa SELIC, que, de dezembro de 2006 a junho de 2007 caiu 125 pontos-base, chegando a 12% ao ano. Mesmo com o juro em queda, o real continuou a valorizar-se frente ao dólar, em decorrência da farta liquidez dos mercados globais associada aos bons indicadores macroeconômicos brasileiros.

No tocante às contas externas, o Brasil registrou um superávit comercial recorde de US\$ 20,7 bilhões com crescimento de 5,8%. Com relação ao primeiro semestre de 2006 as exportações cresceram 20% e as importações 26,6%.

A economia do Rio Grande do Sul, neste primeiro semestre de 2007, mostrou ligeiras melhorias na maioria dos seus indicadores, decorrentes, principalmente, do crescimento das exportações industriais e da recuperação da renda do setor agrícola, consequência da boa safra aliada à alta nos preços de importantes commodities como soja em grão, carne bovina, celulose e alumínio, entre outras. Além disso, o bom desempenho da economia brasileira, o aumento do nível de emprego e a inflação controlada, elevaram o nível de consumo e investimento, o que repercutiu, mesmo que brandamente, no aumento das vendas do varejo no Estado.

Fatos Relevantes

■ **Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 1**

Em 21 de junho de 2007, o Banco, o Acionista Controlador, os Administradores e a BOVESPA celebraram o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 1, contendo obrigações relativas à listagem do Banco no Nível 1.

O Banrisul adotou em seu Estatuto Social as seguintes regras estabelecidas para companhias com ações listadas no Novo Mercado:

- (i) dos membros do Conselho de Administração, ao menos 20% devem ser Conselheiros Independentes;
- (ii) a obrigação de realizar ofertas públicas de aquisição de ações sob determinadas circunstâncias;
- (iii) extensão para todos os acionistas das mesmas condições obtidas pelos acionistas controladores quando da alienação de nosso controle; e
- (iv) necessária submissão do Banco, do nosso Acionista Controlador, Administradores e membros do Conselho Fiscal ao Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado da BOVESPA, para fins de resolução de conflitos que possam surgir, relacionados ou oriundos da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no nosso Estatuto Social, nas normas editadas pelo CMN, Banco Central do Brasil e CVM, além daquelas constantes do regulamento do Nível 1, do Regulamento de Arbitragem e do Contrato de Adoção de Práticas de Governança Corporativa do Nível 1.

■ **Ativação dos Créditos Tributários**

Tendo em vista que o Banco aderiu ao Nível 1 com práticas diferenciadas de Governança Corporativa e presente a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e a Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, do Conselho Monetário Nacional, alterada pela Resolução CMN nº 3.355, de 31 de março de 2006, e ainda, tendo em vista estudo técnico que demonstra a disposição para o crescimento do Banrisul e a capacidade para geração de lucros tributáveis futuros, de forma contínua e em montantes suficientes, está demonstrada a probabilidade de ocorrência de obrigações tributárias futuras com impostos e contribuições que permitam a realização de crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

Portanto a administração do Banco decidiu registrar os créditos tributários e os débitos fiscais deferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre diferenças temporárias impactando o resultado do período positivamente em R\$ 511.190 mil.

■ **Termo de Convênio para a manutenção da folha de pagamento do Estado no Banrisul**

Em 29 de junho de 2007 foi estabelecido Termo de Convênio de nº 1959/2007, entre o Banrisul e o Estado do Rio Grande do Sul, que disciplina o relacionamento institucional no

que se refere à sistemática de pagamento da remuneração dos servidores públicos estaduais, bem como a prestação de outros serviços bancários de interesse específico da administração direta do Estado, pelo prazo de 5 anos, uma vez que, nos termos do § 3º do Art 164 da Constituição Federal e do Art 147 da Constituição Estadual, o Banrisul é responsável pelo pagamento da folha de pessoal da administração direta do Estado, mediante utilização de recursos repassados para essa finalidade.

Na vigência deste convênio é assegurado ao Banco a exclusividade na prestação dos serviços bancários relacionados ao pagamento de pessoal dos servidores ativos, inativos, pensionistas vitalícios e especiais do Poder Executivo e dos pensionistas previdenciários, bem como, a preferência na exploração de outros serviços bancários, inclusive de concessão de crédito consignado aos servidores públicos estaduais.

Eventos Subseqüentes

■ A Oferta Pública de Ações

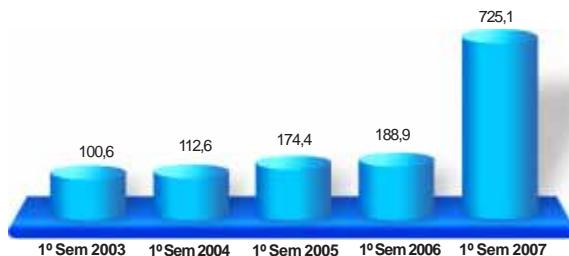
O comportamento estável da economia brasileira e um cenário de taxas de juros decrescentes favorece o investimento em renda variável, refletindo-se no aumento expressivo no número de ofertas públicas de ações, tanto primárias quanto secundárias, e no crescimento do mercado acionário brasileiro, atraindo cada vez mais investidores nacionais e internacionais.

Neste momento econômico, o Banrisul realizou oferta de distribuição primária e secundária de ações preferenciais, mediante subscrição pública, conforme processo CVM RJ/2007-04223 protocolado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e aprovado em reunião do Conselho de Administração do Banrisul, realizada em 02 de julho do presente ano. Os recursos provenientes da aquisição das ações pelos investidores reforçarão nossa base de capital com o objetivo de financiar a expansão das operações de crédito e implementar estratégias de investimento em tecnologia da informação.

Resultado no Semestre e Patrimônio Líquido

O Banrisul encerrou o primeiro semestre de 2007 com lucro líquido de R\$ 725,1 milhões, 283,9% superior ao apurado no mesmo período de 2006. O principal fator que impactou o resultado, no período, foi o registro de créditos tributários no valor líquido de R\$ 511,2 milhões. Além disso, contribuíram, também, o menor custo da captação no mercado em decorrência da redução na Taxa SELIC no período, a diminuição das provisões para perdas com operações de crédito e a redução de despesas tributárias. Por outro lado, contribuiu de forma desfavorável a redução significativa na Taxa SELIC, que causou efeito negativo no resultado de operações com títulos e valores mobiliários bem como no resultado das aplicações compulsórias.

Evolução do Lucro Líquido
Em R\$ milhões - Valor acumulado no semestre



O patrimônio líquido alcançado em junho de 2007 foi de R\$ 1.845,9 milhões. A rentabilidade anualizada sobre o patrimônio líquido final ficou em 94%. No primeiro semestre de 2007, o Banrisul destinou dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 172,2 milhões, sendo que desse valor já foram pagos R\$ 100,7 milhões a título de juros sobre capital próprio.

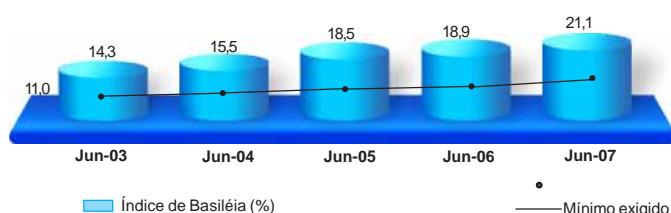
Evolução do Patrimônio Líquido
Em R\$ milhões



A solidez financeira do Banrisul está representada pela evolução do Índice de Basiléia, definido entre relação do patrimônio líquido de referência e os ativos ponderados pelo risco, indicando o coeficiente de solvabilidade do banco. Em junho de 2007 este índice alcançou 21,1%, significativamente superior aos 11% exigidos pelo Banco Central do Brasil em atendimento às normas instituídas pelo Comitê de Basiléia.

Evolução do Índice de Basiléia

Em percentual



Recursos Captados e Administrados

Evolução da Captação e Recursos Administrados

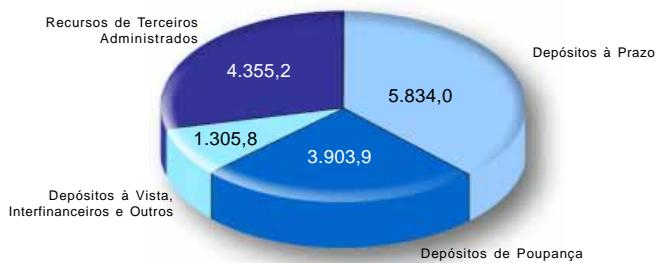
Em R\$ milhões



Os recursos captados e administrados pelo Banrisul totalizaram R\$ 15.398,9 milhões em junho de 2007, com crescimento de 16,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. A captação através de depósitos apresentou expansão de 18,6% ante junho de 2006 e 5,3% sobre dezembro do mesmo ano, finalizando o primeiro semestre com saldo de R\$ 11.043,7 milhões. A captação por meio dos depósitos a prazo, principal instrumento de *funding* das operações de crédito geral, registrou o volume de R\$ 5.834,0 milhões em junho de 2007, com expansão de 16,7% sobre o mesmo mês do ano anterior e 11,5% se comparado ao último mês de 2006. Os depósitos à vista, interfinanceiros, de poupança e outros depósitos somaram R\$ 5.209,7 milhões.

Distribuição dos Recursos Captados e Administrados

Em R\$ milhões - Junho 2007



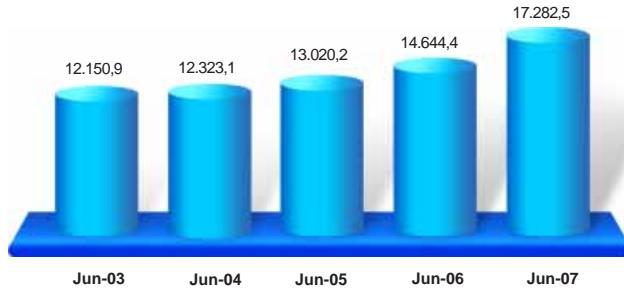
■ Recursos de Terceiros Administrados

Os recursos de terceiros administrados pelo Banrisul atingiram em junho de 2007, o montante de R\$ 4.355,2 milhões, 12,2% acima do registrado em junho de 2006 e 12,1% superior se comparado a dezembro do ano passado. O principal fator que influenciou este crescimento foi a administração de carteiras de títulos e valores mobiliários iniciados em 2007, que representou, no final de junho, R\$ 287,3 milhões do total administrado.

Ativos

Evolução do Ativo

Em R\$ milhões

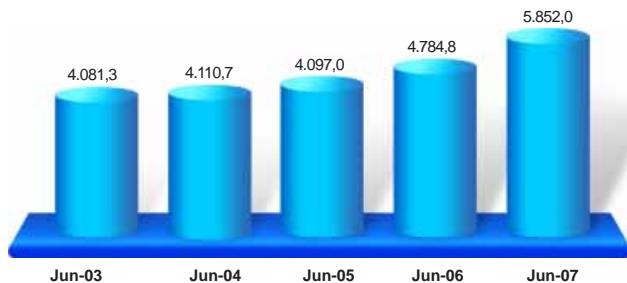


O Banrisul encerrou o mês de junho de 2007 com ativos totais no montante de R\$ 17.282,5 milhões, com crescimento de 18% em relação ao mesmo período do ano anterior, sendo que os destaques estão representados por R\$ 6.790,7 milhões alocados em operações de crédito e R\$ 7.307,1 milhões registrados em títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez.

TVM - Títulos e Valores Mobiliários

Evolução dos Títulos e Valores Mobiliários

Em R\$ milhões



As aplicações em Títulos e Valores Mobiliários somaram R\$ 5.852 milhões, volume 22,3% maior que a posição de junho de 2006 e 42,8% sobre o saldo de junho de 2005. No valor estão inclusas as aplicações interfinanceiras de liquidez e deduzido o total das obrigações passivas de operações compromissadas. A contar de junho de 2006, a captação de recursos expandiu 16,7% e a carteira de crédito 8,9%, onde o volume adicional de recursos foi direcionado para a carteira de títulos.

Em atendimento à Circular n.º 3.068 do Banco Central do Brasil, que estabelece critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários, o Banrisul declara ter capacidade financeira para a intenção de manter até o vencimento os títulos assim classificados.

Operações de Crédito

Evolução das Operações de Crédito

Em R\$ milhões



A carteira de crédito atingiu o saldo de R\$ 6.790,7 milhões, expansão de 8,9% em relação à posição de junho de 2006. As principais alocações estão no crédito geral, que representam 68,7% do total das operações de crédito, seguido das alocações ao crédito imobiliário (11,4%), crédito rural (8,2%) e operações destinados ao desenvolvimento e infra-estrutura (7,1%).

■ Crédito Geral - Pessoa Física

Crédito Geral - Pessoa Física

Em R\$ milhões

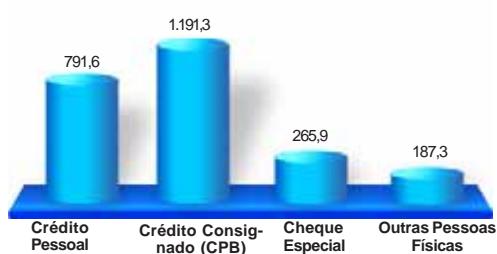


Em junho de 2007, os empréstimos direcionados ao segmento pessoa física totalizaram R\$ 2.436,1 milhões, com crescimento de 22% quando comparado ao mesmo mês do ano anterior. Em relação ao total de crédito alocado no período este volume representa 35,8% contra 32,8% das operações destinadas às pessoas jurídicas, refletindo a política de busca de diversificação do risco da carteira. O crescimento permaneceu focado no crédito pessoal e no crédito consignado, produtos com maior rentabilidade e menor risco, sendo que o total desta carteira respondeu por mais de um terço das operações de crédito do Banco, ao final do primeiro semestre de 2007.

Do total de empréstimos realizados a este público destaca-se a evolução das carteiras de crédito pessoal, consignação e cheque especial que apresentaram evolução de 41,9%, 20,3% e 7,7%, respectivamente, sobre junho de 2006.

Principais Destinações do Crédito Geral às Pessoas Físicas

Total da carteira em junho de 2007 - R\$ 2.436,1 milhões



As operações de crédito pessoal consignado representam 48,9% dos empréstimos à pessoa física e 17,5% do total das operações de crédito do Banrisul. Nos primeiros seis meses de 2007 foram contratadas 169,2 mil operações no valor de R\$ 610,8 milhões, sendo R\$ 522,9 milhões destinados à consignação a servidores públicos (145 mil operações) e R\$ 87,9 milhões ao setor privado (24,3 mil operações). O convênio com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), possibilitou a concessão de crédito consignado aos aposentados e pensionistas, no primeiro semestre de 2007, no volume de R\$ 64 milhões representados por 31 mil operações.

■ Crédito Geral - Pessoa Jurídica

As operações de crédito voltadas ao segmento pessoa jurídica registraram saldo de R\$ 2.229,1 milhões incluindo as operações ao setor público. Cabe destacar o saldo das operações de capital de giro que apresentaram crescimento neste segmento, 36,9% sobre junho de 2006.

Na modalidade de auxílio à saúde, os recursos aplicados para hospitais totalizaram R\$ 289 milhões distribuídos em 1,5 mil operações. Para o segmento da educação foram alocados R\$ 208,3 milhões em 3 mil operações, principalmente para universidades do Estado do Rio Grande do Sul.

Demais Modalidades de Crédito

■ Microcrédito

Direcionado à micro e pequenos empreendedores o microcrédito é uma alternativa de crédito especial para quem deseja abrir, ampliar ou melhorar seu negócio e que para isso necessitam de capital de giro. Nesta modalidade o Banrisul possui diversas linhas de crédito que possibilitam fluxo de caixa, no período foram movimentados R\$ 357,2 milhões. No Programa Capital de Giro para Micro Empresas com faturamento bruto anual de até R\$ 1,2 milhão, foram realizadas 11,9 mil operações no valor de R\$ 118,6 milhões. Para a linha de crédito denominada Giro Fácil, foram aplicados R\$ 11 milhões em 1,4 mil operações. Ainda neste segmento o Banrisul alocou R\$ 139,6 milhões em operações na linha de crédito Conta Empresarial.

O Banrisul disponibiliza ao conveniado Banricompras a linha de crédito Adiantamento de Recebíveis Banricompras. Através dela o comerciante pode antecipar o recebimento dos valores referentes às vendas, de forma prática e segura. No semestre, foram movimentados R\$ 87,3 milhões em mais de 319,6 mil operações.

■ Crédito ao Agronegócio

A carteira de crédito rural destinada ao custeio e investimento, finalizou o primeiro semestre de 2007 com saldo de R\$ 559,2 milhões. A carteira de crédito rural direcionada ao custeio, ou seja, operações de curto prazo com recursos próprios do Banco, registrou saldo no final do período de R\$ 297,1 milhões. Foram liberadas, através de recursos próprios, R\$ 101,8 milhões em 7.362 operações voltadas ao custeio de lavouras e comercialização de safras.

O crédito direcionado ao investimento, operações de longo prazo via repasses do BNDES, apresentou saldo de R\$ 262,2 milhões, no período. Foram liberados R\$ 7,7 milhões em 438 operações de longo prazo, via repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. As operações de longo prazo são destinadas ao apoio a investimentos de maior porte, financiando a recuperação de solos e pastagens, aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, armazenagem, irrigação, incentivo à fruticultura, reflorestamento, recuperação de ativos fixos de cooperativas e empresas agroindustriais e ao desenvolvimento agropecuário em geral.

■ Câmbio / Exportação

As operações de Adiantamento de Contratos de Câmbio (ACC) e Adiantamento de Cambiais Entregues (ACE), finalizaram o primeiro semestre de 2007 com saldo de R\$ 268,4 milhões, com incremento de 12,9% sobre junho de 2006. No primeiro semestre, foram contratadas 4,4 mil operações de exportação, com volume de US\$ 332,3 milhões, sendo US\$ 150,5 milhões em operações prontas, US\$ 157,4 milhões em operações de Adiantamento de Contratos de Câmbio (ACC) e US\$ 24,4 milhões em operações de Adiantamento de Cambiais Entregues (ACE). Este volume foi 19,8% superior ao montante contratado no primeiro semestre de 2006. Na importação, foram realizadas 3,6 mil operações que totalizaram US\$ 130,8 milhões neste período.

■ Crédito Imobiliário

A carteira de crédito imobiliário do Banrisul atingiu em junho de 2007 o montante de R\$ 773 milhões. No primeiro semestre de 2007, o total aplicado no segmento foi de R\$ 72,8 milhões em 1.084 operações. Desse montante, R\$ 7,9 milhões foram direcionados para aquisição de 91 imóveis novos, R\$ 29,6 milhões para 450 imóveis usados, R\$ 793 mil em 11 operações com imóveis comerciais. Destinada a Construção Individual da Casa Própria (CICAP) foram alocados R\$ 4,5 milhões em 72 unidades e no Plano Empresário R\$ 10,8 milhões, em 139 novas unidades.

■ Crédito ao Desenvolvimento

A carteira de crédito ao desenvolvimento finalizou o mês de junho com volume de R\$ 482,6 milhões. No primeiro semestre de 2007, a carteira contou com 207 operações liberadas, totalizando R\$ 80,5 milhões de recursos provenientes do Finame e do BNDES, destinados aos setores públicos e privados. Este resultado representa crescimento de 125,8% sobre volume liberado no primeiro semestre de 2006.

Considerando o volume liberado por setor da economia, destaca-se o setor privado com 59% do volume total de recursos. Por segmento econômico, destacam-se o segmento indústria, com 73 operações liberadas totalizando R\$ 43 milhões, para o comércio e serviços foi destinado o montante de R\$ 4,3 milhões em 29 novas operações.

Entre os empreendimentos mais expressivos do setor privado, na área de infra-estrutura, destacam-se os investimentos realizados em duas PCH (Pequena Central Hidrelétrica), a PCH da Ilha e a PCH Vêneto, com apoio financeiro da ordem de R\$ 13,1 milhões.

Em relação ao setor público, que corresponde a 41% do volume total de recursos e contou com 105 operações liberadas totalizando R\$ 33 milhões, o Banco firmou contrato de empréstimo com 22 municípios, totalizando R\$ 23 milhões. Os recursos foram destinados especificamente para obras em vias públicas, rodovias, estradas e saneamento.

Governança Corporativa

■ Reorganização Societária e oferta pública de ações

Em maio de 2007, o Banrisul protocolou junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o pedido de registro de oferta pública de ações e encaminhou adesão à listagem das ações do Banco no Nível 1 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), espaço da bolsa que reúne apenas as empresas que adotam práticas básicas de governança. Para isso, novas regras de transparência e tratamento dos acionistas minoritários foram estabelecidas.

Com isso o Banrisul deu um passo importante rumo ao objetivo de aumentar seu capital. Em Assembleia Geral, os acionistas aprovaram mudanças no estatuto social, que preparam o Banco para esta nova fase da Instituição, na busca de realizações ainda maiores para os próximos anos. Dentre as principais alterações está o aumento do capital social do Banco em mais R\$ 334 milhões, por meio de incorporação de reservas, sendo que o capital social do Banrisul passou a ser de R\$ 1.234,0 milhões.

Todo processo de oferta pública, mudança de estatuto e adesão ao Nível 1 de Governança Corporativa, foram passos dados no sentido de reforçar o Banrisul como banco público e injetar recursos, por meio de emissão primária de ações, para expandir seus negócios e consolidar sua estrutura patrimonial. Com a venda de ações de propriedade do Estado do Rio Grande do Sul, através de emissão secundária de ações, o Banrisul auxiliou para que o Estado procedesse seu ajuste fiscal.

■ Governança Corporativa

A Governança Corporativa visa atingir os objetivos principais de transparência, prestação de contas e equidade, envolvendo as relações com todos os públicos. Como processo gerencial, tem por missão buscar a perpetuidade e o incremento constantes do valor do empreendimento, dentro de parâmetros éticos de conduta interna e externa e de convivência harmônica com a sociedade.

O planejamento de longo prazo, tem o objetivo de aumentar o poder de competitividade, no contexto do mercado bancário regional e nacional, e de estabelecer procedimentos coerentes com os melhores preceitos de Governança Corporativa de um banco público. Para isso, a composição prioritária previu modernizar a estrutura de crédito no segmento varejo, estabelecer os requisitos para a melhoria na gestão do atendimento de clientes pela rede de agências e aperfeiçoar o modelo de gestão.

A estratégia de competitividade, em um contexto cada vez mais complexo, só é possível a partir de uma gestão que priorize a ética da responsabilidade nas ações que envolvem clientes e negócios, bem como nas relações com empregados, comunidade, parceiros, concorrentes e com a sociedade como um todo. O Banrisul investe continuamente na qualificação de suas práticas administrativas seguindo esses preceitos, segundo os quais todas as decisões são tomadas de forma colegiada, por meio de comitês estruturados em

função dos principais processos administrativos. Internamente, a institucionalização de procedimentos administrativos e operacionais sustenta a estratégia de crescimento adotada pelo Banco, em um horizonte de longo prazo.

A administração do Banrisul é exercida pela Assembléia Geral dos Acionistas, órgão máximo de poder da entidade, composto pela reunião de acionistas que decide todos os negócios relativos ao objeto da sociedade e elege os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Conforme o estatuto social do Banrisul, o Conselho de Administração é presidido pelo Secretário de Estado da Fazenda, designado pelo acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul. O Diretor-Presidente e o vice-presidente do Banco também compõem o Conselho de Administração.

Gestão de Risco e Controles Internos

A Gestão de Risco passa por constantes modificações e melhorias, não só em função da crescente sofisticação e rapidez das operações, mas também pela maior complexidade dos serviços e produtos oferecidos. As ações visam atender às necessidades das melhores práticas de governança corporativa recomendadas no Novo Acordo da Basileia. O gerenciamento de riscos pressupõe uma ação coordenada e integrada, envolvendo os riscos de crédito, operacional, de mercado e liquidez.

■ Risco de Mercado e Liquidez

O Banco utiliza sistemas de gerenciamento de riscos de mercado que permitem a mensuração através de uma ferramenta baseada na metodologia de cálculo do valor em risco (VAR). Para controlar o nível de exposição, foram estabelecidos limites, monitorados diariamente, definindo uma estratégia de investimentos e um melhor controle de processos de gestão.

■ Risco de Crédito

O risco decorre do não-cumprimento do compromisso pelo contratante, da degradação de garantias e da concentração em cliente ou setor. A área de risco é responsável pela avaliação do risco de crédito presente nas operações de tesouraria, bem como pela proposição de limites máximos. O Banrisul adotou o modelo proprietário de classificação de risco, que está em conformidade com a Resolução 2.682 do Banco Central do Brasil (Bacen), permitindo a classificação de toda a base de clientes da Instituição. A concessão de crédito utiliza modelos estatísticos para definição de limites de crédito a clientes do segmento de varejo, em especial em operações com pessoas físicas.

■ Risco operacional

Em dezembro de 2006, a estrutura organizacional para o gerenciamento do risco operacional, conforme determina a Resolução 3.380 do Bacen, foi aprovada pela Diretoria e homologada pelo Conselho de Administração. Essa estrutura deverá monitorar o risco em todos os níveis do negócio, considerando três fatores básicos: pessoas, processos e tecnologia.

Para auxiliar neste momento, está em implantação a Solução para Análise de Risco e Gestão do Conhecimento em Segurança da Informação, com o objetivo de elevar a eficiência e qualidade do sistema de controles internos e auxiliar as atividades de análise e gestão de riscos dos sistemas corporativos, com ênfase na gestão do Risco Operacional.

■ Controles Internos

O Banrisul estabeleceu política de controles internos com o objetivo de disseminar essa cultura, assegurando a observância dos parâmetros, procedimentos e padrões estabelecidos pela legislação, bem como garantir que os riscos inerentes às suas atividades sejam identificados e administrados adequadamente.

O Sistema de Controles Internos contempla o monitoramento das atividades em todos os níveis da Organização, cujas diretrizes são definidas pelo Comitê de Gestão Bancária e acompanhadas pela Gestão de Controles Internos.

Auditoria Externa

De acordo com a Instrução n.º 381 da Comissão de Valores Mobiliários, o Banrisul informa que a empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes prestou serviços exclusivamente relacionados à auditoria, no primeiro semestre de 2007.

Ações com Poder Público

■ Setor Público Estadual

O Banrisul, principal parceiro da Administração Pública, busca, permanentemente, aperfeiçoar seus produtos e serviços oferecendo soluções adequadas para esse importante segmento. A parceria prevê, entre outros, o processamento das folhas de pagamento e a movimentação financeira dos pagamentos a fornecedores. No semestre foram arrecadados mais de 12,5 milhões de documentos de arrecadação das receitas estaduais, vinculadas à Administração Estadual.

■ Setor Público Municipal

No primeiro semestre de 2007 foi dada continuidade ao processo de automatização das folhas de pagamento de prefeituras, que eram feitas de forma manual, atingindo um índice de 74,8% de automação. Com isso, além da diminuição do trabalho das agências, aumentou a segurança para o cliente.

O Banrisul lançou o produto Crédito Direto ao Consumidor - Veículos Consignado servidor público com prazos e taxas diferenciados, bem como ampliou o prazo do Crédito Pessoal Consignado Banrisul.

■ Setor Público Federal

O atendimento aos Órgãos Públicos Federais inclui o gerenciamento de contratos da esfera federal: Secretaria da Receita Federal, INSS, FGTS, entre outros, são alguns exemplos.

■ Poder Judiciário

O relacionamento do Banrisul com o Poder Judiciário tem produzido constantes melhorias no atendimento aos cidadãos, como a expansão de canais eletrônicos de arrecadação e a instalação e reforma de postos de atendimento nas dependências dos Fóruns. No primeiro semestre de 2007, o Banrisul arrecadou mais de 370 mil guias de depósitos e custas judiciais.

A atuação do Banrisul junto ao Poder Judiciário e Ministério Público proporcionou linhas de crédito, prazos e taxas especiais que alavancaram substancialmente a atuação do Banco nesse segmento. Além do relacionamento eficaz com as entidades representativas de classes dos servidores, membros e magistrados destes órgãos, ocorreu a formalização do convênio de consignação em folha de pagamento diretamente com o Ministério Público, com o objetivo de atender aqueles servidores não associados a sua entidade representativa.

Produtos e Serviços

■ Banco SIM

O Banco SIM, conjunto de produtos e serviços bancários essenciais, foi criado para o Banrisul ampliar seu *market share* no Rio Grande do Sul junto à população não-bancarizada. Após o lançamento experimental, ocorrido no ano de 2006, serviu para acompanhar processos operacionais e de comercialização do projeto, especificamente concessão de crédito, melhoria e aumento de produtos a distribuir no Banrisul Correspondente, principal plataforma de atendimento do cliente Banco SIM.

No primeiro semestre de 2007, o Banco SIM foi implantado nas Superintendências Regionais Alto Uruguai, Sul, Centro, Serra e Leste, atingindo um total de 100 municípios. Neste período também foram implantados os serviços de saques e depósitos, abertura de conta corrente e operações de empréstimo consignado INSS através do Banrisul Correspondente Banco SIM.

Com isso, o Banrisul consolida ainda mais sua atuação no mercado gaúcho de modo segmentado e inovador, fazendo inclusão e contribuindo com a disseminação das Microfinanças.

■ Call Center

O Call Center Banrisul visa prestar serviços de forma padronizada, dinâmica e segura. Atualmente, atende 11 agências nos serviços de captura de ligações, centralizando e padronizando o atendimento e liberando, dessa forma, mão de obra das áreas comerciais voltadas para negócios.

Está prevista para o próximo semestre a expansão do Call Center para mais 50 agências, visando ampliar a área de atendimento. A expansão está alinhada com as diretrizes do Banco na busca de modernização, agilidade e competitividade no mercado através de um novo portfólio de produtos e serviços. O Call Center de Agências pretende atingir uma população de, aproximadamente, um milhão de clientes e absorver parte do atendimento rotineiro prestado pelas agências, pois permite a obtenção de informações e a realização de consultas e transações bancárias como pagamentos, transferências de valores, solicitação e desbloqueio de cheques, consultas a extratos, informações sobre empréstimos e abertura de contas, entre outros.

O Call Center Banrisul atende também ao Banrifone, tradicional canal de atendimento a clientes, operando agora em novo sistema, onde as informações, consultas e transações bancárias ficam disponíveis em um único Portal. O cliente pode optar pelo atendimento eletrônico (URA) que está disponível 24 horas todos os dias da semana, ou ainda, pelo atendimento personalizado.

■ Banricompras

O Banricompras permite ao cliente do Banrisul, efetuar pagamentos de compras, com seu cartão magnético, nos mais de 36 mil estabelecimentos conveniados aptos a operar, dispensando, assim, o uso do talão de cheques. Para os lojistas cadastrados, o produto possibilita a venda à vista ou a prazo. No primeiro semestre 2007, foram realizadas 22,2 milhões de transações neste canal gerando um movimento financeiro de R\$ 1.177,8 milhões.

■ Banrisul Correspondentes

A Rede Banrisul Correspondentes, em junho de 2007, contava com 2,4 mil correspondentes ativos que possuem autorização do Banco para receber arrecadação pública, como contas de água, luz, telefone, títulos bancários, entre outras. Durante o período, foram efetuadas 21,6 milhões de operações resultando em uma movimentação financeira de R\$ 3.175,6 milhões.

■ Agência Virtual

A Agência Virtual Banrisul representa o que existe de mais moderno em termos de concepção de Internet Banking entre os bancos brasileiros. O acesso pode ser feito a partir do Home e Office Banking, através do site www.banrisul.com.br. Nos seis primeiros meses deste ano foram realizadas 27,1 milhões de transações nesses canais, movimentando volume financeiro de R\$ 21.756,5 milhões.

■ Banrisul Celular - Mobile Banking

No primeiro semestre de 2007 foi lançado o Banrisul Celular, trata-se de um canal que permite ao cliente realizar transações bancárias pelo telefone celular com a vantagem de acessá-las de qualquer lugar. Atualmente os serviços disponíveis são consulta ao saldo em conta corrente e recebimento de mensagens informativas do Banrisul. A solução Banrisul para *Mobile Banking* destaca-se pela preocupação com a segurança, para garantir privacidade e integridade das informações.

Para o próximo semestre estará disponível o pagamento de títulos, pagamento de documentos diversos com código de barras, recarga de celular pré-pago, transferência de valores entre contas do Banrisul e transações de Banricompras.

■ Pregão Eletrônico

Com o Pregão On Line Banrisul, os gestores possuem um Portal de Compras Eletrônicas para controlar com eficiência as atividades relacionadas à sistemática das compras públicas. Utilizando processos simplificados através da Internet, tem como características a transparência e a eliminação da burocracia para atingir a redução no preço final das compras.

No primeiro semestre de 2007 o Portal de Compras do Banrisul acumulou o montante de R\$ 26,6 milhões em 3,2 mil negócios realizados pelo sistema de pregão eletrônico. O índice de economia, alcançado nestas operações, chegou a 16,5%, que traduzindo em valores absolutos, representou o montante de R\$ 4,4 milhões que deixaram de ser desencaixados do erário público do Estado do Rio Grande do Sul.

O Banrisul como usuário do seu próprio sistema realizou 55 pregões, totalizando R\$ 7 milhões em valores negociados. Com esta sistemática de compras o Banco alcançou uma economia de 18,7% o que corresponde ao montante de R\$ 1,3 milhão.

Rede de Atendimento Banrisul

Para facilitar o acesso aos produtos e serviços aos seus 2,9 milhões de clientes, a Rede de Atendimento Banrisul estava composta, ao final de junho de 2007, por 1.069 pontos de atendimento, distribuídos em 418 agências, 283 postos de serviços e 368 pontos de Banrisul Eletrônico. Do total de agências, 389 estão localizadas no Rio Grande do Sul, 13 em Santa Catarina, 14 nos demais estados brasileiros e 2 no exterior. Presente em 390 municípios do Rio Grande do Sul, o Banco beneficia 97,4% da população gaúcha, que correspondem a 97,3% do PIB do Estado. Nos primeiros seis meses de 2007 foram inauguradas 3 novas agências no Estado.

■ Canais de Auto-Atendimento

No semestre, ocorreram 143,3 milhões de transações eletrônicas, sendo 70,1% nos diversos canais de auto-atendimento e 29,9% nos caixas das agências. Isso demonstra a aceitação e confiança, por parte dos clientes, na tecnologia e segurança oferecidas pelo Banrisul.

Modernização Tecnológica

Os investimentos realizados na modernização tecnológica, na segurança da tecnologia da informação e em infra-estrutura envolveram recursos de R\$ 69,2 milhões no primeiro semestre de 2007.

Foram fortalecidas ações de Prevenção e Combate a Fraudes, com a implementação de mecanismos de segurança que possibilitam maior tranquilidade e confiabilidade aos clientes, através da inibição de fraudadores.

Em relação à segurança nos canais eletrônicos, foram definidas ações de segurança através da criação de mecanismos de proteção com técnicas de criptografia. Dentre elas, destaca-se o modelo diferenciado de proteção para o produto *Mobile Banking*, lançado neste semestre, a implantação do módulo de segurança de agências para poder suportar o cartão com "chip" e a nova estrutura de transações seguras para o cartão.

Durante o semestre foram realizadas diversas melhorias e implementações tecnológicas no Banrisul, entre elas destacam-se: melhoria da plataforma de base de dados de sistemas; implementação do novo sistema para auditoria e registros de ocorrências; implementação de novas funções na ferramenta de desenvolvimento utilizada para desenvolver sistemas com maior padronização, segurança e agilidade; adequação do software de Gerenciamento de Projetos, implementações no sistema de gerenciamento de problemas em hardware de rede de agências e implementação de um novo canal de acessibilidade via telefone celular, com funções de saldo, mensagens e créditos.

Recursos Humanos

A gestão de recursos humanos do Banrisul está focada nas pessoas, na valorização, no respeito e na transparéncia que formam o eixo da relação entre o Banco e os públicos interno e externo.

Em programas de treinamento, a Instituição investiu, no primeiro semestre de 2007, R\$ 2,2 milhões, totalizando quase 5,9 mil participações em 305 cursos realizados. Os recursos investidos em cursos de graduação, pós graduação, MBA's e idiomas, chegaram a R\$ 933 mil. Para remuneração de pessoal foram destinados R\$ 353,1 milhões acrescidos de encargos e benefícios. Em junho de 2007, o quadro funcional do Banrisul contava com 8.901 funcionários, 1.929 estagiários e 2.648 colaboradores terceirizados. De janeiro a junho deste ano foram admitidos, via concurso público, realizado em 2005, 114 novos funcionários.

Responsabilidade Corporativa

As ações de responsabilidade corporativa do Banrisul refletem o compromisso de investir em programas de geração de emprego e renda, de dar atenção à educação e à saúde, de preservar os valores e tradições culturais e de proteger o meio ambiente. No conjunto, foram investidos mais de R\$ 7,1 milhões, no primeiro semestre de 2007, em projetos educacionais, culturais, esportivos e voltados à saúde. Um dos compromissos da administração é zelar pela perenidade da Instituição e incorporar considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e das operações.

Em maio de 2007, a 4ª turma do Projeto Pescar Banrisul iniciou as aulas do curso de auxiliar administrativo com 20 jovens, entre 16 e 19 anos de idade. A parceria entre o Banrisul e a Fundação Projeto Pescar tem a finalidade de promover o desenvolvimento pessoal e profissional e de oportunizar o ingresso no mercado de trabalho de jovens em situação de vulnerabilidade social. Das três turmas formadas, cerca de 76% dos participantes já estão empregados, e o restante obteve chance de estágio em diversos setores do Banco.

O Programa Reciclar Banrisul, desde 2001 incorpora na prática diária a visão ecológica e social, reduzindo a geração de resíduos na empresa e o descarte adequado dos mesmos, diminuindo o impacto ambiental e favorecendo a utilização de diversos materiais por comunidades institucionalizadas. Através do encaminhamento correto de resíduos secos e papel para reciclagem foram coletados, em seis anos de programa, 415.936 kg que equivalem à cerca de 39 mil árvores poupadadas.

O Programa Energético Banrisul (PROGEB) tem como objetivo não só reduzir o consumo de energia elétrica mas também aumentar a eficiência de seu uso e o combate ao desperdício. Por meio do programa foi possível identificar a melhor estrutura tarifária para as agências do Banrisul com custos diferenciados para períodos do dia e por períodos mensais.

Em parceria com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Corsan e Emater o Banrisul promoveu o Fórum Regional Aquecimento Global no RS, realizado durante a Semana Estadual do Meio Ambiente. O evento procurou articular poderes público e privado e sociedade civil como um todo, a fim de refletir aspectos ambientais, sociais e econômicos e contou com a participação de aproximadamente 1,3 mil pessoas, em cinco regiões do Estado.

Reconhecimentos

- **Prêmio e-finance 2007** da revista Executivos Financeiros na categoria Melhor Implementação de ERP (*Enterprise Resource Planning*), sistema de gestão empresarial para atender os processos de negócios de compras e pagamentos da empresa.
- **Sétimo lugar entre os maiores bancos no Brasil**, segundo ranking publicado na revista Forbes Brasil. O levantamento foi elaborado pela agência de risco e consultoria financeira independente Austin Rating.
- **Primeiro lugar** entre as 16 instituições bancárias preferidas dos gaúchos, segundo avaliação do instituto Dataulbra.
- **Marca preferida** na categoria banco e **segundo banco mais lembrado**, de acordo com a pesquisa Marcas de Quem Decide, organizada pelo Jornal do Comércio e o Instituto de pesquisas QualiData.
- O Banrisul foi premiado pela revista especializada em informática InformationWeek Brasil, de São Paulo, no estudo **"As 100 Mais Inovadoras no uso de TI 2006"** no setor Finanças - Bancos e Seguradoras. A publicação classificou as empresas mais inovadoras em 14 setores da economia nacional. O Banco concorreu com o case "Solução de Storage: confiabilidade e tecnologia a serviço da informação" que redesenhou a plataforma tecnológica de armazenamento de dados.

Agradecimentos

O Banrisul vem apresentando desempenhos crescentes nos últimos anos e isso só está sendo possível pela nova forma de gerir o banco. Através do aperfeiçoamento do modelo de gestão, das inovações tecnológicas e da competência de profissionais qualificados buscamos sempre ampliar o relacionamento com nosso cliente.

Por isso, agradecemos, especialmente, a dedicação dos funcionários e colaboradores, que venceram desafios e com profissionalismo tornaram possível a obtenção dos números apresentados neste relatório. Enalteceremos, também, o apoio e a parceria dos acionistas, em especial ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, e a confiança e reconhecimento dos quase 3 milhões de clientes Banrisul.

Diretoria

Demonstrações Financeiras

Balancos Patrimoniais

Junho de 2007 e de 2006
 (Valores em Milhares de Reais)

ATIVO	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
CIRCULANTE	<u>10.112.125</u>	<u>7.624.615</u>	<u>10.227.296</u>	<u>7.720.144</u>
DISPONIBILIDADES	<u>214.740</u>	<u>167.635</u>	<u>214.809</u>	<u>167.683</u>
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Notas 03 (b) e 05) .	<u>2.440.135</u>	<u>1.744.704</u>	<u>2.454.934</u>	<u>1.758.841</u>
Aplicações no Mercado Aberto	2.411.820	1.668.341	2.426.619	1.682.478
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	28.315	76.363	28.315	76.363
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS				
FINANCIEROS DERIVATIVOS (Notas 03 (c) e 06)	<u>908.049</u>	<u>288.113</u>	<u>908.116</u>	<u>290.719</u>
Carteira Própria	415.958	76.451	416.021	77.158
Vinculados a Compromissos de Recompra	399.852	98.575	399.852	98.575
Instrumentos Financeiros Derivativos	12.014	14.309	12.014	14.309
Vinculados ao Banco Central	18.515	98.224	18.515	98.224
Moedas de Privatização	-,-	-,-	4	4
Vinculados à Prestação de Garantias	61.710	554	61.710	2.449
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	<u>2.120.744</u>	<u>1.668.801</u>	<u>2.120.744</u>	<u>1.668.801</u>
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	135.814	159.947	135.814	159.947
Créditos Vinculados (Nota 07)				
- Depósitos no Banco Central	1.971.366	1.508.848	1.971.366	1.508.848
- Correspondentes	13.564	6	13.564	6
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	<u>47.197</u>	<u>48.464</u>	<u>47.197</u>	<u>48.464</u>
Recursos em Trânsito de Terceiros	2.115	1.426	2.115	1.426
Transferências Internas de Recursos	45.082	47.038	45.082	47.038
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Notas 03(d) e 08)	<u>3.714.164</u>	<u>3.269.155</u>	<u>3.714.164</u>	<u>3.285.396</u>
Operações de Crédito				
- Setor Público	86.823	51.856	86.823	51.856
- Setor Privado	3.929.876	3.526.592	3.929.876	3.542.833
Provisão para Operações de Crédito (Nota 03(e))	(302.535)	(309.293)	(302.535)	(309.293)
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Notas 3(d) e 8)....	<u>(1.807)</u>	<u>(4.593)</u>	<u>(1.807)</u>	<u>(4.593)</u>
Operações de Arrendamento a Receber				
- Setor Público	1.035	923	1.035	923
- Setor Privado	19.227	13.578	19.227	13.578
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(20.121)	(17.439)	(20.121)	(17.439)
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil	(1.948)	(1.655)	(1.948)	(1.655)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 09)	<u>656.617</u>	<u>431.117</u>	<u>756.727</u>	<u>493.478</u>
Carteira de Câmbio	268.184	220.570	268.184	220.570
Rendas a Receber	32.809	54.295	64.209	73.400
Negociação e Intermediação de Valores	-,-	-,-	1.456	1.069
Diversos	368.359	166.737	453.632	222.459
Provisão para Outros Créditos	(12.735)	(10.485)	(30.754)	(24.020)
OUTROS VALORES E BENS	<u>12.286</u>	<u>11.219</u>	<u>12.412</u>	<u>11.355</u>
Investimentos Temporários	3.441	3.441	3.441	3.441
Provisão para Perdas	(1.541)	(2.293)	(1.541)	(2.293)
Outros Valores e Bens	16.535	8.759	7.510	8.774
Provisão para Desvalorização	(10.487)	(1.021)	(1.448)	(1.021)
Despesas Antecipadas	4.338	2.333	4.450	2.454

REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	6.739.831	6.612.791	6.757.094	6.631.420
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS				
FINANCEIROS DERIVATIVOS (Notas 03 (c) e 06)	<u>3.958.959</u>	<u>4.149.120</u>	<u>3.960.588</u>	<u>4.149.120</u>
Carteira Própria	2.016.877	2.386.667	2.016.877	2.386.667
Vinculados a Compromissos de Recompra	1.055.051	1.298.588	1.055.051	1.298.588
Instrumentos Financeiros Derivativos	104.484	-.-	104.484	-.-
Vinculados ao Banco Central	682.166	461.036	682.166	461.036
Vinculados à Prestação de Garantias	100.381	2.829	102.010	2.829
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	<u>298.937</u>	<u>364.253</u>	<u>298.937</u>	<u>364.253</u>
Créditos Vinculados (Nota 07)				
- Tesouro Nacional - Recursos do Crédito Rural	-.-	2.827	-.-	2.827
- Sistema Financeiro da Habitação	298.937	361.426	298.937	361.426
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Notas 03 (d) e 08)	<u>1.948.218</u>	<u>1.861.488</u>	<u>1.948.218</u>	<u>1.861.488</u>
Operações de Crédito				
- Setor Público	97.116	119.620	97.116	119.620
- Setor Privado	2.384.020	2.266.270	2.384.020	2.266.270
Provisão para Operações de Crédito (Nota 03 (e))	(532.918)	(524.402)	(532.918)	(524.402)
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota s 3(d) e 8)	<u>(2.291)</u>	<u>1.686</u>	<u>(2.291)</u>	<u>1.686</u>
Operações de Arrendamento a Receber				
- Setor Público	1.530	1.544	1.530	1.544
- Setor Privado	16.752	24.525	16.752	24.525
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(18.282)	(22.987)	(18.282)	(22.987)
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil	(2.291)	(1.396)	(2.291)	(1.396)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 09)	<u>527.484</u>	<u>230.645</u>	<u>543.118</u>	<u>249.274</u>
Carteira de Câmbio	125	21.181	125	21.181
Diversos	527.484	230.645	543.118	249.274
Provisão para Outros Créditos	(125)	(21.181)	(125)	(21.181)
OUTROS VALORES E BENS	<u>8.524</u>	<u>5.599</u>	<u>8.524</u>	<u>5.599</u>
Outros Valores e Bens	17.563	15.672	17.563	15.672
Provisão para Desvalorização	(9.039)	(10.073)	(9.039)	(10.073)
PERMANENTE	<u>430.558</u>	<u>406.980</u>	<u>214.554</u>	<u>215.509</u>
INVESTIMENTOS	<u>231.927</u>	<u>204.921</u>	<u>9.445</u>	<u>6.945</u>
Participação em Controladas no País (Nota 02 (c))	225.013	199.010	-.-	-.-
Outros Investimentos	11.911	9.801	14.915	11.308
Provisão para Perdas	(4.997)	(3.890)	(5.470)	(4.363)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 03 (f))	<u>106.730</u>	<u>109.301</u>	<u>113.208</u>	<u>115.806</u>
Imóveis de Uso	120.193	120.967	131.528	131.848
Outras Imobilizações de Uso	277.222	255.780	282.228	260.404
Depreciação Acumulada	(290.685)	(267.446)	(300.548)	(276.446)
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO	<u>66.731</u>	<u>64.580</u>	<u>66.731</u>	<u>64.580</u>
Bens Arrendados	113.162	108.483	113.162	108.483
Depreciação Acumulada	(46.431)	(43.903)	(46.431)	(43.903)
DIFERIDO	<u>25.170</u>	<u>28.178</u>	<u>25.170</u>	<u>28.178</u>
Gastos de Organização e Expansão	105.422	99.332	105.422	99.332
Amortização Acumulada	(80.252)	(71.154)	(80.252)	(71.154)
TOTAL DO ATIVO	<u>17.282.514</u>	<u>14.644.386</u>	<u>17.198.944</u>	<u>14.567.073</u>

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Banrisul</u>	<u>Banrisul Consolidado</u>		
	2007	2006	2007	2006
CIRCULANTE				
DEPÓSITOS (Nota 10)	<u>12.496.094</u>	<u>10.793.031</u>	<u>12.404.020</u>	<u>10.708.361</u>
Depósitos à Vista	8.969.762	7.538.581	8.837.950	7.421.385
Depósitos de Poupança	1.219.192	908.024	1.208.695	906.859
Depósitos Interfinanceiros	3.903.938	3.315.561	3.903.938	3.315.561
Depósitos a Prazo	77.944	80.540	77.944	80.540
Outros Depósitos	3.760.075	3.224.735	3.638.760	3.108.704
	8.613	9.721	8.613	9.721
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 10)	<u>1.455.119</u>	<u>1.397.163</u>	<u>1.422.606</u>	<u>1.370.129</u>
Carteira Própria	1.455.119	1.397.163	1.422.606	1.370.129
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	<u>166.118</u>	<u>194.835</u>	<u>166.118</u>	<u>194.835</u>
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	164.167	192.402	164.167	192.402
Correspondentes	1.951	2.433	1.951	2.433
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	<u>116.519</u>	<u>111.712</u>	<u>116.519</u>	<u>111.712</u>
Recursos em Trânsito de Terceiros	115.268	103.710	115.268	103.710
Transferências Internas de Recursos	1.251	8.002	1.251	8.002
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	<u>201.947</u>	<u>197.636</u>	<u>203.154</u>	<u>198.724</u>
Empréstimos no País - Outras Instituições	-	-	1.207	1.088
Empréstimos no Exterior (Nota 12)	201.947	197.636	201.947	197.636
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES				
OFICIAIS (Nota 11)	<u>245.368</u>	<u>216.298</u>	<u>245.368</u>	<u>216.298</u>
Tesouro Nacional	34.949	30.517	34.949	30.517
BNDES	164.599	158.862	164.599	158.862
CEF	1.299	1.224	1.299	1.224
FINAME	44.521	25.695	44.521	25.695
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR	<u>602</u>	<u>404</u>	<u>602</u>	<u>404</u>
Repasses do Exterior (Nota 11)	602	404	602	404
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 06(d))	<u>4.614</u>	<u>6.738</u>	<u>4.614</u>	<u>6.738</u>
Instrumentos Financeiros Derivativos	4.614	6.738	4.614	6.738
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 13)	<u>1.336.045</u>	<u>1.129.664</u>	<u>1.407.089</u>	<u>1.188.136</u>
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	92.970	92.952	92.970	92.952
Carteira de Câmbio	24.525	13.850	24.525	13.850
Sociais e Estatutárias	92.798	310	92.850	362
Fiscais e Previdenciárias	93.303	136.810	104.322	147.069
Negociação e Intermediação de Valores	-	1	1.112	994
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (Nota 21(a))	558.732	433.102	558.732	433.102
Diversas	473.717	452.639	532.578	499.807

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	2.940.025	2.618.627	2.941.878	2.620.910
DEPÓSITOS (Nota 10)	<u>2.073.899</u>	<u>1.775.919</u>	<u>2.073.899</u>	<u>1.775.919</u>
Depósitos a Prazo	2.073.899	1.775.919	2.073.899	1.775.919
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS- INSTITUIÇÕES				
OFICIAIS (Nota 11)	<u>314.990</u>	<u>272.246</u>	<u>314.990</u>	<u>272.246</u>
Tesouro Nacional	17.145	19.284	17.145	19.284
BNDES	234.808	204.810	234.808	204.810
CEF	6.658	7.563	6.658	7.563
FINAME	56.379	39.770	56.379	39.770
Outras Instituições	-,-	819	-,-	819
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 06(d))	<u>14.033</u>	<u>-,-</u>	<u>14.033</u>	<u>-,-</u>
Instrumentos Financeiros Derivativos	14.033	-,-	14.033	-,-
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 13)	<u>537.103</u>	<u>570.462</u>	<u>538.956</u>	<u>572.745</u>
Fiscais e Previdenciárias	335.508	328.401	335.508	328.723
Diversas	201.595	242.061	203.448	244.022
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	519	507	5.999	5.275
Resultados de Exercícios Futuros	519	507	5.999	5.275
PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	<u>-,-</u>	<u>-,-</u>	<u>1.171</u>	<u>306</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)	1.845.876	1.232.221	1.845.876	1.232.221
Capital Social de Domiciliados no País	1.234.000	900.000	1.234.000	900.000
Reservas de Capital	5.983	7.992	5.983	7.992
Reservas de Lucros	605.863	324.188	605.863	324.188
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 06 (b))	30	41	30	41
 TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>17.282.514</u>	<u>14.644.386</u>	<u>17.198.944</u>	<u>14.567.073</u>

Demonstrações do Resultado

Junho de 2007 e de 2006
 (Valores em Milhares de Reais)

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2007	2006 (reclassificado)	2007	2006 (reclassificado)
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	1.357.058	1.548.464	1.359.318	1.551.390
Operações de Crédito	806.091	809.112	806.091	809.112
Operações de Arrendamento Mercantil	14.804	14.712	14.804	14.712
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	377.163	413.674	379.423	416.600
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	4.028	-,-	4.028	-,-
Resultado de Operações de Câmbio	8.589	44.482	8.589	44.482
Resultado das Aplicações Compulsórias	146.383	266.484	146.383	266.484
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	703.671	838.763	698.616	831.615
Operações de Captação no Mercado	531.931	570.636	524.210	563.491
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	46.139	96.888	46.139	96.888
Operações de Arrendamento Mercantil	10.046	10.977	10.046	10.977
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-,-	1.993	-,-	1.993
Provisão para Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil (Nota 08 (d))	115.555	158.269	118.221	158.266
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	653.387	709.701	660.702	719.775
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(380.815)	(413.921)	(380.658)	(417.488)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 15)	225.612	238.751	266.522	272.894
Resultado de Participação em Controladas (Nota 02 (c))	14.948	12.838	-,-	-,-
Despesas de Pessoal	(353.129)	(350.715)	(355.060)	(353.000)
Outras Despesas Administrativas	(237.851)	(241.108)	(248.832)	(256.011)
Despesas Tributárias	(68.350)	(89.639)	(74.433)	(94.809)
Outras Receitas Operacionais (Nota 17)	125.695	90.211	125.821	91.384
Outras Despesas Operacionais (Nota 18)	(87.740)	(74.259)	(94.676)	(77.946)
RESULTADO OPERACIONAL	272.572	295.780	280.044	302.287
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(2.443)	850	(2.352)	878
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	270.129	296.630	277.692	303.165
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 03 (j) e 22)	455.902	(107.734)	448.410	(114.187)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	(900)	-,-	(900)	-,-
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS	-,-	-,-	(71)	(82)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	725.131	188.896	725.131	188.896
Nº de Ações em Circulação - Milhares	51.346.172	41.076.937	-,-	-,-
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações - R\$	14,12	4,60	-,-	-,-

Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos

Junho de 2007 e de 2006

(Valores em Milhares de Reais)

	Banrisul 2007	Banrisul 2006	Banrisul Consolidado 2007	Banrisul Consolidado 2006
ORIGENS DE RECURSOS	2.216.076	2.155.308	2.220.778	2.237.662
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	725.131	188.896	725.131	188.896
AJUSTES DO LUCRO LÍQUIDO	11.603	17.297	27.007	30.827
Depreciação e Amortização	25.778	28.449	26.234	29.141
Insuficiência de Depreciações	773	1.686	773	1.686
Resultado de Participação em Controladas	(14.948)	(12.838)	-,-	-,-
SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS	(2.451)	-,-	(2.451)	-,-
VARIAÇÕES NOS RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	(107)	(51)	33	169
ATUALIZAÇÃO DE ATIVOS EM CONTROLADAS	320	145	320	145
AJUSTE AO VALOR DE MERCADO TÍTULOS E VALORES				
MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	16	1	16	1
RECURSOS DE TERCEIROS ORIGINÁRIOS DE:	1.481.564	1.949.020	1.470.722	2.017.624
AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO PASSIVO	1.339.026	775.295	1.330.113	845.457
Depósitos	560.810	328.431	558.911	348.005
Relações Interfinanceiras e Interdependências	174.161	232.980	174.161	232.980
Obrigações por Empréstimos e Repasses	116.523	79.508	117.377	79.520
Instrumentos Financeiros e Derivativos	7.189	1.529	7.189	1.529
Outras Obrigações	480.343	132.847	472.475	183.423
REDUÇÃO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO	136.898	1.166.795	136.443	1.166.585
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	136.044	-,-	135.589	-,-
Títulos e Valores Mobiliários	-,-	1.166.795	-,-	1.166.585
Operações de Arrendamento Mercantil	854	-,-	854	-,-
ALIENAÇÃO DE BENS E INVESTIMENTOS	4.166	5.409	4.166	5.582
Investimentos	-,-	18	-,-	191
Imobilizado de Arrendamento	3.606	5.287	3.606	5.287
Imobilizado de Uso	560	104	560	104
DIVIDENDOS A RECEBER DE CONTROLADAS	1.474	1.521	-,-	-,-

Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos

(CONTINUAÇÃO)

	<u>2.263.092</u>	<u>2.222.129</u>	<u>2.267.770</u>	<u>2.304.493</u>
DIVIDENDOS E BONIFICAÇÕES PROPOSTOS	<u>71.519</u>	<u>-</u>	<u>71.519</u>	<u>-</u>
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO PAGOS	<u>100.700</u>	<u>100.000</u>	<u>100.700</u>	<u>100.000</u>
VARIAÇÕES NAS PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS NAS CONTROLADAS.....	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(66)</u>	<u>741</u>
INVERSÕES EM	<u>31.969</u>	<u>35.251</u>	<u>32.238</u>	<u>35.412</u>
Investimentos	1.339	829	1.362	21
Imobilizado de Uso	14.830	19.838	15.076	20.807
Imobilizado de Arrendamento	15.800	14.584	15.800	14.584
APLICAÇÕES NO DIFERIDO	<u>3.271</u>	<u>6.880</u>	<u>3.271</u>	<u>6.880</u>
AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO	<u>1.726.748</u>	<u>1.624.346</u>	<u>1.729.521</u>	<u>1.705.094</u>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	<u>-</u>	1.006.177	<u>-</u>	1.005.405
Títulos e Valores Mobiliários	334.599	<u>-</u>	334.628	<u>-</u>
Relações Interfinanceiras e Interdependências	357.356	333.123	357.356	333.123
Operações de Crédito	440.984	207.568	440.984	249.414
Operações de Arrendamento Mercantil	<u>-</u>	2.023	<u>-</u>	2.022
Outros Créditos	591.448	73.956	594.162	113.595
Outros Valores e Bens	2.361	1.499	2.391	1.535
REDUÇÃO DOS SUBGRUPOS DO PASSIVO	<u>328.885</u>	<u>455.652</u>	<u>330.587</u>	<u>456.366</u>
Captações no Mercado Aberto	328.885	455.652	330.587	456.366
REDUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	<u>(47.016)</u>	<u>(66.821)</u>	<u>(46.992)</u>	<u>(66.831)</u>
MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA:				
Início do Semestre	261.756	234.456	261.801	234.514
Fim do Semestre	214.740	167.635	214.809	167.683
REDUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	<u>(47.016)</u>	<u>(66.821)</u>	<u>(46.992)</u>	<u>(66.831)</u>

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Junho de 2007 e de 2006
 (Valores em Milhares de Reais)

	Reservas de Capital					Reservas de Lucros			Em Milhares de Reais	
	Atualização de Subvenções para Investimentos	Títulos Patrimoniais em Controle das	6.962	Legal	Estatutária	148.380	(60.000)	40	Lucros Acumulados	<u>TOTAL</u>
Capital Social				66.967	156.702					1.143.179
763.243	885		(10.000)							
136.757	145	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	145
Em 01 de janeiro de 2006										
Aumento de Capital (Nota 19 (a))										-,-
Atualização de Títulos Patrimoniais em Controlada										-,-
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 06 (b))										1
Lucro Líquido do Semestre										188.896
Destinação do Lucro Líquido (Nota 19 (b))										188.896
Constituição de Reservas										-,-
Juros sobre o Capital Próprio										(100.000)
Em 30 de junho de 2006										
Em 01 de janeiro de 2007										
Aumento de Capital (Nota 19 (a))										-,-
Atualização de Títulos Patrimoniais em Controlada										-,-
Subvenções para Investimentos										320
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 06 (b))										(2.451)
Lucro Líquido do Semestre										16
Destinação do Lucro Líquido (Nota 19 (b))										725.131
Constituição de Reservas										-,-
Dividendos e Bonificações Propostos										(552.912)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos										(71.519)
Em 30 de junho de 2007										(100.700)
1.234.000	1.472	4.511	89.208	181.282	335.373			30	-,-	1.845.876

*Notas Explicativas da Administração
às Demonstrações Financeiras*

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

NOTA 01 Contexto Operacional

O Banrisul atua sob a forma de banco múltiplo com autorização do Banco Central do Brasil (BACEN) para operar nas carteiras comercial, crédito, financiamento e investimento, crédito imobiliário, desenvolvimento, arrendamento mercantil e de investimentos. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. O Banrisul atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Rio Grande do Sul, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

NOTA 02 Apresentação das Demonstrações Financeiras

(a) As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas e instruções do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

(b) As demonstrações financeiras do Banrisul incluem as operações realizadas no país e no exterior (New York e Grand Cayman). Os ativos, passivos e resultados gerados pelas dependências no exterior, antes das eliminações, estão assim resumidos:

	Em Milhares de Reais	
	2007	2006
Total do Ativo	187.117	187.339
Passivo	72.186	65.620
Patrimônio Líquido	114.931	121.719
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	187.117	187.339
Demonstração do Resultado		
Receitas da Intermediação Financeira	5.648	6.456
Despesas da Intermediação Financeira	(1.619)	(1.806)
Outras Despesas, Líquidas	(741)	(860)
Resultado Não Operacional	(6)	(31)
Lucro Líquido do Semestre	3.282	3.759

(c) As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações do Banrisul e das controladas, cujos investimentos em 30 de junho de 2007 totalizaram R\$ 225.013 mil (2006 - R\$ 199.010 mil) e que geraram um resultado positivo de equivalência patrimonial no semestre de R\$ 14.948 mil (2006 - R\$ 12.838 mil), estão apresentadas a seguir:

PRINCIPAIS INFORMAÇÕES SOBRE OS INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS:

	Em Milhares de Reais				
	Banrisul Armazéns Gerais S.A.	Banrisul S.A. Corretora de Val. Mobil. e Câmbio	Banrisul S.A. Administradora de Consórcio	Banrisul Serviços Ltda.	Total
Milhares de Ações/Quotas					
. Ações Ordinárias	696	4.050	89.114	-,-	-,-
. Ações Preferenciais	-,-	7.941	-,-	-,-	-,-
. Quotas	-,-	-,-	-,-	2.786	-,-
Participação no Capital Social ajustada (%) .	99,498	98.693	99.569	99.785	-,-
Capital Social	20.250	16.200	80.000	23.043	-,-
Patrimônio Líquido Ajustado	21.075	36.906	102.089	66.114	-,-
Lucro Líquido do Semestre	319	2.663	4.292	7.546	-,-
Valores Líquidos Eliminados na Consolidação (Nota 25):					
Saldos Ativos (Passivos)					
. 30 de junho de 2007	(95)	(31.909)	(102.746)	(37.582)	(172.332)
. 30 de junho de 2006	(116)	(26.592)	(92.530)	(34.268)	(153.506)
Receitas (Despesas)					
. 30 de junho de 2007	(315)	(1.355)	(5.080)	(6)	(6.756)
. 30 de junho de 2006	(313)	(1.592)	(6.475)	(3)	(8.383)
Valor Contábil do Investimento					
. 30 de junho de 2007	20.969	36.424	101.648	65.972	225.013
. 30 de junho de 2006	20.174	31.560	95.133	52.143	199.010
Resultado de Participações em Controladas					
. 30 de junho de 2007	517	2.627	4.274	7.530	14.948
. 30 de junho de 2006	555	2.138	4.830	5.315	12.838

(d) O Resultado de Câmbio é apresentado de forma ajustada, com a reclassificação de despesas e receitas, de maneira a representar exclusivamente a variação líquida de diferenças de taxas incidentes sobre as contas patrimoniais representativas de moedas estrangeiras. Em 2006 para permitir a comparabilidade foi reclassificado de Outras Receitas Operacionais o valor de R\$ 58.635 mil e de Outras Despesas Operacionais o valor de R\$ 414.681 mil para o Resultado de Operações de Câmbio, passando de R\$ 400.528 mil para R\$ 44.482 mil.

NOTA 03

Principais Práticas Contábeis

(a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado com base no regime de competência.

(b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam os recursos aplicados ou captados no mercado interbancário. São apresentadas pelo valor de resgate deduzido das receitas ou despesas apropriar correspondentes a períodos futuros.

(c) Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular n.º 3.068 de 8 de novembro de 2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados e avaliados em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

i) Títulos para Negociação - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados freqüentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos reconhecidos no resultado do semestre.

ii) Títulos Disponíveis para Venda - Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros e podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são ajustados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos auferidos reconhecidos no resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado ainda não realizados reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável, denominada "Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos" até a sua realização por venda.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data da negociação na demonstração do resultado, em contrapartida da mesma conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

iii) Títulos Mantidos até o Vencimento – Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo avaliados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de venda desses títulos.

Instrumentos Financeiros Derivativos – Os instrumentos financeiros derivativos que foram contratados associados a outras operações de aplicação de recursos estão avaliados pelos valores das receitas e despesas incorridas até a data do balanço.

(d) Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos

i) Operações de Crédito – Todas as operações de crédito, inclusive câmbio, têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução n.º 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, de AA até H. A tabela com o resumo dessa classificação está apresentada na Nota 08.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução n.º 2.682/99, ou seja, permanecem no rating que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente serão reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

ii) Operações de Arrendamento Mercantil – As operações de arrendamento são demonstradas pelo valor das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento.

As rendas apropriar das operações de arrendamento correspondem ao montante das contraprestações contratuais e as rendas efetivas são apropriadas nas datas de vencimento de cada contraprestação, conforme estabelecido pela Portaria MF nº 140/84.

O prejuízo ao final do contrato apurado em função do exercício da opção de compra pelo arrendatário é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante de vida útil do bem objeto de arrendamento.

O ajuste financeiro da carteira de arrendamentos, necessário para que o resultado do período e o patrimônio líquido estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, foi calculado em conformidade com os critérios do BACEN, com base no valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando a taxa interna de retorno dos respectivos contratos. Esse procedimento gerou uma superveniência acumulada de depreciação no montante de R\$ 12.265 mil (superveniência de R\$ 12.542 mil em junho de 2006).

Caso as operações de arrendamento mercantil tivessem sido apresentadas nas rubricas de arrendamento a receber, pelo valor presente, e de receitas de operações de arrendamento mercantil, os saldos em 30 de junho de 2007 e de 2006 seriam demonstrados como segue:

	Em Milhares de Reais			
	2007		2006	
	Saldos nas Demonstrações Financeiras	Reclassificações	Saldos Reclassificados	Saldos Reclassificados
Operações de Arrendamento a Receber				
Ativo Circulante	141	24.505	24.646	24.245
Ativo Realizável a Longo Prazo	-,-	17.602	17.602	16.775
Bens não de uso próprio de arrendamento	127	(127)	-,-	-,-
Imobilizado de Arrendamento	66.731	(66.731)	-,-	-,-
Diferido de Arrendamento	3.847	(3.847)	-,-	-,-
Credores por Antecipação do Valor Residual				
Passivo Circulante.	(28.598)	28.598	-,-	-,-
Receitas de Operações de Arrendamento				
Mercantil	14.804	(10.046)	4.758	3.735
Despesas de Operações de Arrendamento				
Mercantil	(10.046)	10.046	-,-	-,-

(e) Provisão para Perdas em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos

Constituída em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, com base nos percentuais mínimos de provisionamento requeridos pela Resolução n.º 2.682/99 para cada nível de risco, complementada por provisão equivalente a 100% do saldo existente nas operações vencidas há mais de 60 dias, inclusive operações de longo prazo que apresentam parcelas vencidas há mais de 60 dias, e créditos repactuados, ainda que não vencidos.

Em 30 de junho de 2007 e de 2006, o valor total da provisão para perdas em operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, conforme demonstrado na Nota 08, é superior ao valor mínimo que seria exigido considerando tão somente os requisitos da Resolução n.º 2.682/99, procedimento este adotado pela administração desde a edição da referida norma, para fazer face a possíveis perdas nas operações.

(f) Ativo Permanente

Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, considerando os seguintes aspectos:

- avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, tomando por base as demonstrações financeiras levantadas, observando as mesmas práticas contábeis. Os outros investimentos, quando aplicável, são ajustados por provisões para perdas permanentes;
- depreciação do imobilizado de uso calculada pelo método linear, composto da seguinte forma:

	Taxa	Custo Original	Depreciação	Saldo Líquido em 30/06/2007	Em Milhares de Reais Saldo Líquido em 30/06/2006
Imobilizado de Uso					
Imóveis de Uso.	4%	120.193	(92.842)	27.351	31.207
Outras Imobilizações de Uso					
Móveis e Equipamentos em Estoque	-	19.059	-	19.059	7.913
Imobilizações em Curso	-	5.358	-	5.358	-
Instalações	10%	98	(3)	95	-
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	59.649	(43.483)	16.166	16.935
Outros					
Sistema de Comunicação	10%	4.936	(4.171)	765	912
Sistema de Processamento de Dados	20%	176.710	(142.651)	34.059	48.568
Sistema de Segurança	10%	9.058	(5.737)	3.321	3.401
Sistema de Transportes	20%	2.354	(1.798)	556	365
Total		397.415	(290.685)	106.730	109.301

- amortização do diferido calculada pelo método linear, de acordo com os prazos contratuais de locação de imóveis e, nos demais casos, à taxa de 10% ao ano.

(g) Ativos e Passivos denominados em Moeda Estrangeira

Os saldos ativos e passivos das dependências no exterior, assim como os demais ativos e passivos em moeda estrangeira, foram convertidos pela taxa de câmbio da data do fechamento das demonstrações financeiras.

(h) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Obrigações por Empréstimos e Repasses e Fundo Financeiro e de Desenvolvimento

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base "pro-rata die".

Conforme determinado pelas Leis 12.069/04 e 12.585/06 do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, até 85% (até 70% em junho de 2006) do saldo dos valores depositados judicialmente no Banco por terceiros são disponibilizados ao Estado e o saldo remanescente é mantido no Banco para constituição de fundo. Os saldos depositados repassados são controlados em conta de compensação e a parcela retida é registrada na rubrica outros débitos, conforme Nota 21(a).

(i) Provisões para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

Provisionados com base em opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho de causa. Abaixo o critério utilizado segundo a natureza da Contingência:

i) Provisões para Riscos Trabalhistas - Constituídas para as ações trabalhistas individuais ajuizadas contra o Banrisul, quando da notificação judicial, e ajustadas mensalmente pelo valor da média dos pagamentos de processos encerrados nos 36 meses imediatamente anteriores, para processos baseados em causas consideradas semelhantes e usuais, sendo ajustadas ao valor do depósito de execução quando estes são exigidos. Para as ações trabalhistas movidas por sindicatos ou pelo Ministério Público do Trabalho, o critério de provisão adotado é provisionar os valores envolvidos em ações cujo risco de perda é considerado provável, de acordo com a estimativa de desembolso feitas por nossa Administração, com base em subsídios recebidos de nossos assessores legais.

ii) Riscos Cíveis - Constituídas, quando da notificação judicial, e ajustadas mensalmente:

- ao valor da média móvel dos pagamentos de processos encerrados nos últimos dois anos, acrescida do custo médio de honorários pagos, para processos relativos a causas consideradas semelhantes e usuais e cujo valor não seja considerado relevante individualmente; ou
- pelo valor indenizatório pretendido, nas provas apresentadas e na avaliação de assessores legais que considera jurisprudência, fatos argüidos nos processos, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial, para processos relativos a causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante.

iii) Provisões para Riscos Fiscais e Previdenciárias - Provisões de origem em contingências fiscais e previdenciárias referem-se, basicamente, a exigíveis relativos a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial, cuja probabilidade de perda é, ou em estágios anteriores dos processos já foi, considerada provável, e estão constituídas pelo valor integral em discussão. Os depósitos em garantia não são atualizados, exceto quando da expedição do alvará de levantamento, em função da ação julgada favorável.

(j) Imposto de Renda e Contribuição Social

São computados pela aplicação das alíquotas vigentes de 9% para Contribuição Social e de 15% (mais adicional de 10% conforme a legislação) para Imposto de Renda sobre o lucro tributável apurado no semestre, ajustado por diferenças permanentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre as adições temporárias e registrados na rubrica Outros Créditos, em contrapartida do Resultado do Período.

(l) Benefício Pós-emprego

O Banco é patrocinador de plano do tipo “benefício definido” e sua avaliação, é efetuada em conformidade com a legislação específica. Conforme Deliberação da CVM nº 371/00 e com base no atuário independente, não há valores adicionais a reconhecer no Balanço Patrimonial, conforme detalhamento na Nota 23.

NOTA 04

Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras do Banco, dependências no exterior e empresas controladas demonstradas nas Notas 02 (b) e (c) e foram elaboradas em consonância com os princípios de consolidação da Lei n.º 6.404/76 e da CVM. Assim, foram eliminadas as participações entre as empresas consolidadas, os saldos de balanço e resultado das transações, bem como foram destacadas as parcelas do resultado do período e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários.

Não estão sendo apresentadas Notas Explicativas Consolidadas, uma vez que os valores não seriam significativamente diferentes daqueles apresentados nas notas do Banco.

NOTA 05

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	<u>Em Milhares de Reais</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Aplicações no Mercado Aberto	2.411.820	1.668.341
Revendas a Liquidar - Posição Bancada		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.246.825	550.400
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.164.995	1.077.238
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-, -	37.940
Notas do Banco Central - NBC	-, -	2.763
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	28.315	76.363
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	28.315	37.420
Aplicações em Moedas Estrangeiras	-, -	38.943
Total	2.440.135	1.744.704

NOTA 06

Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, estava assim demonstrada:

	<u>Em Milhares de Reais</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Títulos para Negociação	155.945	107.877
Títulos Disponíveis para Venda	433.445	538.763
Títulos Mantidos até o Vencimento	4.161.121	3.776.284
Instrumentos Financeiros Derivativos	116.498	14.309
Total	4.867.009	4.437.233
Ativo Circulante	908.049	288.113
Ativo Realizável a Longo Prazo	3.958.960	4.149.120

O valor de mercado dos Títulos Públicos Federais (LFT's) é apurado com base nos preços divulgados, pela ANDIMA. Para os títulos que não possuem preços divulgados, o Banrisul adota como parâmetro para cálculo do valor de mercado, o valor obtido mediante técnica interna de precificação, incluindo solicitação de cotações a terceiros.

(a) Títulos para Negociação

Composição da Carteira de Títulos para Negociação por tipo de papel a valor de mercado:

	<u>Em Milhares de Reais</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Títulos Publicados Federais		
LFT	94.235	107.877
CVS	61.710	-,-
Total	<u>155.945</u>	<u>107.877</u>

Composição por Prazo de Vencimento:

<u>Vencimentos</u>	<u>Em Milhares de Reais</u>	
	<u>Custo de Aquisição Atualizado</u>	<u>Valor de Mercado</u>
De 3 a 12 meses	31.408	31.411
De 1 a 3 anos	62.816	62.824
Acima de 15 anos	40.976	61.710
Total em Junho de 2007	<u>135.200</u>	<u>155.945</u>
Total em Junho de 2006	<u>107.794</u>	<u>107.877</u>

De acordo com os normativos do Banco Central do Brasil, esses títulos foram classificados no Ativo Circulante e avaliados pelo seu valor de mercado.

(b) Títulos Disponíveis para Venda

Representados exclusivamente por Títulos Públicos Federais (Letras Financeiras do Tesouro - LFT). O custo de aquisição atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado eram os seguintes:

<u>Vencimentos</u>	<u>Em Milhares de Reais</u>	
	<u>Custo de Aquisição Atualizado</u>	<u>Valor de Mercado</u>
Até 3 meses	41.361	41.363
De 3 a 12 meses	167	166
De 1 a 3 anos	391.885	391.916
Total em Junho de 2007	<u>433.413</u>	<u>433.445</u>
Total em Junho de 2006	<u>538.701</u>	<u>538.763</u>

Os efeitos decorrentes do ajuste a valor de mercado em 30 de junho de 2007, no montante de R\$ 32 mil (2006 – R\$ 62 mil), foram levados à conta específica do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários de R\$ 11 mil (2006 – R\$ 21 mil), lançados na rubrica Outras Obrigações.

(c) Títulos Mantidos até o Vencimento

Abaixo, composição da carteira de Títulos Mantidos até o Vencimento por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo acrescido dos rendimentos e no prazo de vencimento. Os títulos classificados nesta categoria, apresentaram em 30 de junho de 2007, valor de mercado de R\$ 4.116.964 mil.

	Em Milhares de Reais	
	2007	2006
Títulos Públicos Federais		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	3.956.288	3.644.226
Notas do Tesouro Nacional - NTN	26.167	31.699
Fundo de Compensações das Variações Salariais - CVS	110.354	28.423
Títulos de Desenvolvimento Agrário - TDA	-,-	48
Títulos da Dívida Externa Brasileira	18.808	21.414
Outros	6	6
Letras Hipotecárias - LH	46.464	50.468
Certificados Recebíveis Imobiliários - CRI	3.034	-,-
Total	4.161.121	3.776.284

A composição por prazo de vencimento, era a seguinte:

	Em Milhares de Reais	
	2007	2006
Até 3 meses	-,-	35.898
De 3 a 12 meses	698.562	129.527
De 1 a 3 anos	2.397.139	1.556.784
De 3 a 5 anos	634.194	1.735.537
De 5 a 15 anos	320.866	290.109
Acima de 15 anos	110.360	28.429
Total	4.161.121	3.776.284
Ativo Circulante	698.562	165.425
Ativo Realizável a Longo Prazo	3.462.559	3.610.859

(d) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade de "swap" destinados a atender as necessidades próprias e com o objetivo de minimizar o efeito da variação das taxas pré-fixadas, variação cambial e taxa referencial – TR, efetuou operações de "swap" que resultam na conversão destas taxas para variação da SELIC. Os demais riscos estão relacionados na Nota 24.

	Valor de Referência	Em Milhares de Reais						2007	2006
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos		
Ativo									
SELIC	10.467	-	-	-	-	-	-	-	1.955
SELIC + Pré-FCVS	110.000	1.695	-	45	371	9.858	6.294	18.263	12.354
SELIC + Pré-DMAE	120.115	6.802	3.517	14.066	14.067	59.783	-	98.235	-
Passivo									
Pré	(10.467)	(1.918)	(5)	(181)	(1.045)	(5)	-	(3.154)	-
TR + Pré	(110.000)	(1.615)	(1.076)	(3.642)	(2.451)	(5.041)	(1.668)	(15.493)	(6.738)
USD + Taxa BID + Pré	(120.115)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste Líquido	4.964	2.436	10.288	10.942	64.595	4.626	97.851	7.571	

As operações de "swap", "SELIC + Pré-FCVS" e "SELIC + Pré-DMAE" têm como contraparte o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e foram realizadas atreladas às operações de cessão de créditos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) e créditos junto ao Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE), respectivamente, e serão liquidadas nas mesmas datas do recebimento das operações principais.

Os valores a receber e a pagar, em 30 de junho de 2007, estão assim representados:

	Em Milhares de Reais	
	2007	2006
Ajustes a Receber - Curto Prazo	12.014	14.309
Ajustes a Receber - Longo Prazo	104.484	-,-
Ajustes a Pagar - Curto Prazo	(4.614)	(6.738)
Ajustes a Pagar - Longo Prazo	(14.033)	-,-
Ajuste Líquido	97.851	7.571

Os valores de mercado, apurado através das taxas divulgadas pela BM&F para operações com características semelhantes, em 30 de junho de 2007, são os seguintes:

	Em Milhares de Reais	
	Valor Contábil	Valor Mercado
FCVS	2.770	(8.704)
DMAE	98.235	87.443
Outros	(3.154)	(7.602)
Valor Líquido	97.851	71.137

Em 30 de junho de 2007 não havia contratos de futuros e opções.

NOTA 07

Créditos Vinculados

Descrição	Forma de Remuneração	Em Milhares de Reais	
		2007	2006
Depósitos Compulsórios - BACEN		1.971.366	1.511.692
Depósitos à Vista e Outros Recursos	Sem Remuneração	321.661	219.389
Exigibilidade Adicional	SELIC	809.602	654.813
Depósito de Poupança	Poupança	745.566	627.408
Outros Depósitos	Sem Remuneração	94.537	7.255
Compulsório Rural	Sem Remuneração	-,-	2.827
Créditos Vinculados ao SFH		298.937	361.409
Carteira Adquirida	SELIC	285.261	272.457
Carteira Própria	Taxa de Referencial+Juros	13.676	88.952
Correspondentes	Sem Remuneração	13.564	6
Total		2.283.867	1.873.107
Ativo Circulante		1.984.930	1.508.854
Ativo Realizável a Longo Prazo		298.937	364.253

Créditos Vinculados ao SFH – Carteira Adquirida - O Banrisul adquiriu, de outubro de 2002 a março de 2005, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Créditos de Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Em 30 de junho de 2007, os créditos estão avaliados pelo valor de custo e acrescidos dos rendimentos incorridos até a data das demonstrações financeiras, no valor de R\$ 285.261 mil (2006 – R\$ 272.457 mil), similar ao valor de mercado. O seu valor de face é de R\$ 662.740 mil (2006 – R\$ 719.017 mil). Estes créditos serão convertidos ao longo do tempo em títulos CVS, cujo valor de mercado, quando da emissão dos títulos poderá ser significativamente diferente ao valor contábil.

A partir do semestre findo em 30 de junho de 2006, houve evolução significativa no processo de análise e homologação desses créditos junto à Caixa Econômica Federal e consequente evolução na expectativa de sua realização anteriormente avaliada como de baixa realização. Tendo como objetivo a atualização dos créditos pelas respectivas taxas de deságio desde sua aquisição, foi contabilizada no primeiro semestre de 2006, receita de R\$ 103.322 mil na rubrica Resultado das Aplicações Compulsórias.

Créditos Vinculados ao SFH - Carteira Própria - Referem-se a créditos junto ao FCVS originários de créditos imobiliários, com recursos da carteira própria, já homologados pelo órgão gestor do FCVS.

Em maio de 2007, através de contratos de novação e assunção de dívidas, firmados entre o Banrisul e o Tesouro Nacional, a União emitiu títulos CVS substituindo parte dos créditos de FCVS, adquiridos junto ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul e de sua carteira própria.

Em função dessa emissão houve a reclassificação desses títulos no valor de R\$ 40.976 mil e R\$ 81.410 mil, carteira adquirida e própria, respectivamente, da rubrica Créditos Vinculados para a de Títulos e Valores Mobiliários. A parcela referente a carteira adquirida foi classificada como para Negociação, sendo o ajuste a valor de mercado, no montante de R\$ 20.734 mil, contabilizado como receita na rubrica Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários.

NOTA 08

Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos

O saldo de operações de crédito está demonstrado conforme abaixo:

	Em Milhares de Reais	
	2007	2006
Ativo Circulante	4.016.699	3.578.448
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.481.136	2.385.890
(-) Dependências no Exterior	(17.798)	(8.657)
Total	<u>6.480.037</u>	<u>5.955.681</u>

(a) Composição por Tipo de Operação e Níveis de Risco:

	Em Milhares de Reais											
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2007	2006	
Empréstimos e Títulos												
Descontados	432.085	763.361	963.432	1.697.005	153.047	104.473	381.417	32.885	137.466	4.665.171	4.090.507	
Financamentos	42.552	150.198	173.487	2.484	3.927	22.858	9.807	9.139	35.921	450.373	464.635	
Financiamentos Rurais												
e Agroindustriais	121.390	80.223	80.792	92.862	45.802	34.903	29.821	22.441	50.993	559.227	595.790	
Financiamentos Imobiliários	184.884	99.034	105.148	162.668	62.754	82.717	57.114	1.955	16.742	773.016	793.624	
Financiamentos de Infra-estrutura												
e Desenvolvimento	2.871	28.874	..	505	32.250	11.125	
Total de Operações de Crédito	<u>780.911</u>	<u>1.092.816</u>	<u>1.325.730</u>	<u>1.983.893</u>	<u>265.530</u>	<u>245.456</u>	<u>478.159</u>	<u>66.420</u>	<u>241.122</u>	<u>6.480.037</u>	<u>5.955.681</u>	
Operações de Arrendamento												
Mercantil (1)	4.097	6.917	12.941	8.494	4.070	953	2.898	1.666	212	42.248	41.020	
Adiantamento sobre Contrato												
de Câmbio (2)	19.508	56.295	79.586	73.160	23.290	265	3.977	121	..	256.202	232.432	
Outros Créditos - Câmbio(3)	1.964	1.185	2.667	1.553	1.165	1.016	2.154	431	99	12.234	5.306	
Total em Junho de 2007	<u>806.480</u>	<u>1.157.213</u>	<u>1.420.924</u>	<u>2.067.100</u>	<u>294.055</u>	<u>247.690</u>	<u>487.188</u>	<u>68.638</u>	<u>241.433</u>	<u>6.790.721</u>		
Total em Junho de 2006	<u>1.120.803</u>	<u>1.171.581</u>	<u>1.814.900</u>	<u>801.384</u>	<u>225.493</u>	<u>156.625</u>	<u>558.210</u>	<u>51.578</u>	<u>333.865</u>		<u>6.234.439</u>	

(1) As operações de arrendamento mercantil estão apresentadas pelo valor presente dos contratos, sendo que no Balanço Patrimonial estas operações estão registradas pelo valor contratado, conforme descrito na Nota 03 (d).

(2) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução de "Outras Obrigações - Carteira de Câmbio" (Nota 13).

(3) Outros Créditos - Câmbio, compreendem créditos de rendas a receber sobre contratos de câmbio e créditos decorrentes de contratos de exportação.

(b) Composição dos Clientes por Faixa de Vencimento e Níveis de Risco:

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2007	2006
Parcelas Vincendas (*)	806.237	1.156.830	1.415.400	2.058.299	284.983	239.558	435.201	56.877	173.395	6.626.780	6.025.948
Até 180 dias	398.784	641.359	757.200	872.899	139.428	83.095	240.355	14.626	32.170	3.179.916	3.074.981
181 a 360 dias	112.675	182.428	173.499	346.263	33.347	30.911	61.957	5.780	17.715	964.575	745.631
Acima de 360 dias	294.778	333.043	484.701	839.137	112.208	125.552	132.889	36.471	123.510	2.482.289	2.205.336
Parcelas Vencidas	243	383	5.524	8.801	9.072	8.132	51.987	11.761	68.038	163.941	208.491
Até 180 dias	243	383	5.524	8.801	9.072	6.919	40.838	7.239	19.283	98.302	137.508
181 a 360 dias	1.213	11.149	4.522	15.356	32.240	46.194
Acima de 360 dias.	33.399	33.399	24.789
Total em Junho de 2007	806.480	1.157.213	1.420.924	2.067.100	294.055	247.690	487.188	68.638	241.433	6.790.721	
Total em Junho de 2006	1.120.803	1.171.581	1.814.900	801.384	225.493	156.625	558.210	51.578	333.865		6.234.439

(*) Parcelas vencidas até 14 dias estão incluídas nas parcelas vincendas.

(c) Composição da Carteira por Setor de Atividade:

	Em Milhares de Reais	
	2007	2006
Setor Público Municipal		
Governo - Administração Direta e Indireta	158.662	172.131
Atividade Empresarial - Outros Serviços	28.388	1.812
Total Setor Público	187.050	173.943
Setor Privado		
Rural	559.227	595.790
Indústria	1.314.908	1.296.723
Comércio	817.872	724.934
Intermediários Financeiros	17	7
Serviços e Outros	702.530	652.934
Pessoa Física	2.436.101	1.996.484
Habitação	773.016	793.624
Total Setor Privado	6.603.671	6.060.496
Total	6.790.721	6.234.439

Em 30 de junho de 2007, as operações de crédito com entidades do Setor Público Municipal incluíam R\$ 115.323 mil (2006 – R\$ 157.548 mil) relativos a direitos recebíveis adquiridos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul ou de entidades por ele controladas.

Em dezembro de 2006 e 2005, o Banco disponibilizou linha de crédito para os servidores públicos estaduais, possibilitando a antecipação do 13º salário desses servidores. No encerramento do semestre, essas operações totalizavam R\$ 248.331 mil (2006 – R\$ 227.524 mil), com remuneração da taxa de 10% ao ano acrescido da variação da taxa de CDI.

(d) Movimentação da Provisão para Perdas em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos:

	Em Milhares de Reais	
	2007	2006
Saldo Inicial das Provisões para Perdas em Operações de Crédito		
de Crédito	844.328	821.281
Constituição Líquida do Semestre	115.555	158.269
Baixas para Contas de Compensação	(107.331)	(111.138)
Provisão para Perdas em Operações de Crédito por Nível de Risco (Nota 08 (e)).....	852.552	868.412
Provisão sobre Operações de Crédito		
Ativos Circulante	302.535	309.293
Ativo Realizável a Longo Prazo	532.918	524.402
Provisão sobre Operações de Arrendamento		
Ativos Circulante	1.948	1.655
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.291	1.396
Provisão sobre Outros Créditos		
Ativos Circulante	12.735	10.485
Ativo Realizável a Longo Prazo	125	21.181



(e) Composição da Provisão para Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos por Níveis de Risco:

Níveis de Risco	Operações de Curso Normal e vencidas até 60 dias	Provisionamento mínimo requerido pela Resolução nº 2.682/99	Provisão Mínima Requerida	Em Milhares de Reais	
				Provisão existente	Total
AA	806.480	0,0%	-,-	-,-	-,-
A	1.155.758	0,5%	5.779	1.455	7.234
B	1.414.455	1,0%	14.145	6.469	20.614
C	2.042.947	3,0%	61.288	24.153	85.441
D	275.215	10,0%	27.522	18.840	46.362
E	221.365	30,0%	66.409	26.325	92.734
F	372.845	50,0%	186.423	114.343	300.766
G	35.566	70,0%	24.896	33.072	57.968
H	80.857	100,0%	80.857	160.576	241.433
Total em 2007	<u>6.405.488</u>		<u>467.319</u>	<u>385.233</u>	<u>852.552</u>
Total em 2006	<u>5.775.593</u>		<u>409.566</u>	<u>458.846</u>	<u>868.412</u>

As operações de crédito baixadas a prejuízo no semestre e controladas pelo valor atualizado até a data da respectiva baixa em conta de compensação, montavam R\$ 107.331 mil no semestre findo em 30 de junho de 2007 (2006 - R\$ 111.138 mil).

As recuperações por recebimento das Operações de Crédito anteriormente baixadas como prejuízo foram reconhecidas como Receitas de Operações de Créditos e atingiram R\$ 20.695 mil no semestre findo em 30 de junho de 2007 (2006 - R\$ 24.937 mil), líquidas das perdas ou ganhos gerados nessas recuperações.

NOTA 09

Outros Créditos

		Em Milhares de Reais	
		2007	2006
Carteira de Câmbio		268.309	241.751
Câmbio Comprado a Liquidar		261.804	229.530
Câmbiais e Documentos a Prazo - Moedas Estrangeiras		704	1.110
Direitos sobre Vendas de Câmbio		8.024	12.172
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos		(5.980)	(5.499)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos		3.757	4.438
Rendas a Receber		32.809	54.295
Dividendos e Bonificações em Dinheiro a Receber		1.520	1.521
Serviços Prestados a Receber (*)		29.531	51.980
Outros		1.758	794
Diversos		895.842	397.382
Adiantamentos a Empregados		13.237	11.447
Adiantamentos para Pagamentos por nossa Conta		493	496
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Nota 22(b)) ..		518.243	-,-
Devedores por Depósito em Garantia		135.301	149.580
Impostos e Contribuições a Compensar		43.366	51.528
Opções por Incentivos Fiscais		3.227	5.565
Pagamentos a Ressarcir		43.110	33.472
Títulos e Créditos a Receber (**)		110.185	95.909
Devedores Diversos - País		28.680	49.385
Provisão para Outros Créditos		(12.860)	(31.666)
Total de Outros Créditos		1.184.100	661.762
Ativo Circulante		656.617	431.117
Ativo Realizável a Longo Prazo		527.483	230.645

(*) Em 29 de junho de 2007 foi celebrado o Termo de Convênio com o Estado do Rio Grande do Sul, tendo sido revertido R\$ 16.662 mil de Rendas a Receber conforme descrito nas Notas 18 e 25.

(**) No primeiro trimestre de 2005, mantendo a política de recuperação de créditos, o Banrisul recebeu como dação em pagamento, para quitação de empréstimos em atraso de diversas empresas, créditos de precatórios junto ao Tesouro Nacional, de titularidade das referidas empresas. Esses títulos, em 30 de junho de 2007, totalizavam R\$ 82.388 mil (2006 – R\$ 75.500 mil).

NOTA 10

Depósitos e Captações no Mercado Aberto

	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Em Milhares de Reais	
					2007	2006
Depósitos						
À Vista	1.219.192	-,-	-,-	-,-	1.219.192	908.024
Poupança	3.903.938	-,-	-,-	-,-	3.903.938	3.315.561
Interfinanceiros	-,-	7.890	70.054	-,-	77.944	80.540
A Prazo	147.843	1.548.682	2.063.550	2.073.899	5.833.974	5.000.654
Outros Depósitos	8.613	-,-	-,-	-,-	8.613	9.721
Total	5.279.586	1.556.572	2.133.604	2.073.899	11.043.661	9.314.500
Passivo Circulante	-,-	-,-	-,-	-,-	8.969.762	7.538.581
Passivo Exigível a Longo Prazo	-,-	-,-	-,-	-,-	2.073.899	1.775.919
Captação no Mercado Aberto						
Instituições Financeiras	1.455.119	-,-	-,-	-,-	1.455.119	1.397.163
Total	1.455.119	-,-	-,-	-,-	1.455.119	1.397.163

As captações em depósitos a prazo são realizadas com clientes da instituição, nas modalidades de encargos pós ou pré-fixados que correspondem a 67% e 33% do total da carteira, respectivamente. A taxa média de captação para os depósitos pós-fixados corresponde a 97,28% da variação do CDI e os pré-fixados 9,49% ao ano.

As captações através de operações compromissadas no mercado aberto, realizadas com instituições financeiras, têm taxa média de captação de 100% da variação do CDI.

NOTA 11

Obrigações por Repasses

	Em Milhares de Reais					
	Resspasses do País - Instituições Oficiais		Resspasses do Exterior		Total	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Até 90 dias	187.417	125.557	448	368	187.865	125.925
De 91 a 360 dias	57.951	90.741	154	36	58.105	90.777
Acima de 360 dias	314.990	272.246	-,-	-,-	314.990	272.246
Total	560.358	488.544	602	404	560.960	488.948
Passivo Circulante	245.368	216.298	602	404	245.970	216.702
Passivo Exigível a Longo Prazo	314.990	272.246	-,-	-,-	314.990	272.246

Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNDES, FINAME e Caixa Econômica Federal). Essas obrigações têm vencimentos mensais até julho de 2022, com incidência de encargos financeiros nas operações pós-fixadas de 0,50% a 6,00% (2006 – 1,00% a 6,00%) ao ano, além das variações dos indexadores (TJLP, Dólar e Cesta de Moedas), e nas obrigações pré-fixadas até 9,40% (2006 – 11,00%) ao ano. Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas de captação, acrescidas de comissão de

intermediação. Como garantia desses recursos, foram repassadas as garantias recebidas nas correspondentes operações de crédito.

NOTA 12

Obrigações por Empréstimos no Exterior

São representadas por recursos captados de bancos no exterior para aplicação em operações comerciais de câmbio incorrendo a variação cambial das respectivas moedas acrescida de juros a taxas anuais entre 4,24% a 7,45% (2006 – 4,99% a 7,57%) ao ano, com vencimentos máximos em 360 dias (2006 – 360 dias).

NOTA 13

Outras Obrigações

	<u>Em Milhares de Reais</u>	
	2007	2006
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	92.970	92.952
Recebimento de Tributos Federais	92.820	92.870
Recebimento de Tributos Estaduais e Municipais	4	3
Outros	146	79
Carteira de Câmbio	24.525	13.850
Câmbio Vendido a Liquidar	7.973	12.024
Obrigações por Compras de Câmbio	272.752	234.257
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 08 (a))	(256.201)	(232.432)
Outros	1	1
Sociais e Estatutárias	92.798	310
Dividendos e Bonificações a Pagar	92.021	310
Gratificações e Participações a Pagar	777	--
Fiscais e Previdênciárias	428.811	465.211
Impostos e Contribuições a Recolher	27.432	25.522
Provisão de Imposto de Renda e Contribuições sobre o Lucro	55.752	108.143
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	10.119	3.145
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 14 (a))	335.508	328.401
Negociação e Intermediação de Valores	--	1
Negociação e Intermediação de Valores	--	1
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	558.732	433.102
Obrigações para o Fundo de Financiamento e de Desenvolvimento (Nota 21 (a))	540.708	415.617
Outros	18.024	17.485
Diversas	675.312	694.700
Cheques Administrativos	792	287
Credores por Antecipação de Valores (Operações de Arrendamento Mercantil)	28.598	28.231
Credores por Recursos a Liberar	12.985	14.666
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	1.989	3.656
Obrigações por Convênios Oficiais	2.974	2.898
Provisões para Férias e Outros Encargos	123.280	108.748
Déficit Atuarial da Fundação Banrisul (Nota 23 (a))	54.455	53.331
Provisões para Ações Trabalhistas (Nota 14 (b))	175.529	205.846
Multas Câmbio BACEN (Nota 14 (c))	99.056	142.485
Provisão para Riscos Previdenciários	18.783	18.783
Provisão para Perdas de Securitização (*)	14.316	12.368
Provisão para Outras Contingências	9.568	9.188
Provisão para Dívidas assumidas perante o Grupo de Empresas Seguradoras Brasileiras (GESB) provenientes da Companhia União de Seguros Gerais	8.399	9.995
Recursos de FGTS para Amortizações	2.538	1.688
Credores Diversos - País	69.706	44.087
Outros	52.344	38.443
Total de Outras Obrigações	1.873.148	1.700.126
Passivo Circulante	1.336.045	1.129.664
Passivo Exigível a Longo Prazo	537.103	570.462

(*) A administração do banco mantém provisão relativa a coobrigações de créditos securitizados junto ao Tesouro Nacional que montam R\$ 47.517 mil (2006 – R\$ 49.089 mil), controlada em conta de compensação, sendo de responsabilidade de mutuários do setor rural. No semestre foi revertida a provisão de R\$ 1.990 mil (2006 – R\$ 22.675 mil).

NOTA 14

Provisão para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

(a) A provisão para riscos fiscais refere-se, principalmente, ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre a dedução da despesa oriunda da quitação do déficit atuarial junto à Fundação Banrisul de Seguridade Social, questionada pela Secretaria da Receita Federal para o período de 1998 a 2002, e aos valores relativos à mesma matéria, referente ao período de 2003 a 2005, ainda não questionados. O Banco, através de seus assessores jurídicos, vem discutindo judicialmente o assunto, e conservadoramente, registrou provisões para contingências no valor provável da perda. O valor contábil em 31 de dezembro de 2006 era de R\$ 324.307 mil e no semestre foi complementado em R\$ 11.201 mil, perfazendo em 30 de junho de 2007 o montante de R\$ 335.508 mil (2006 – R\$ 311.557 mil).

(b) O Banco possuía, em 31 de dezembro de 2006, provisão para ações trabalhistas de R\$ 177.212 mil, sendo provisionado no semestre R\$ 20.000 mil e as liquidações montaram R\$ 21.683 mil, totalizando R\$ 175.529 mil em 30 de junho de 2007 (2006 – R\$ 205.846 mil). Da provisão mencionada, já foi depositado judicialmente o montante de R\$ 79.280 mil registrado na rubrica Outros Créditos – Devedores por Depósito em Garantia (Nota 09).

(c) Em 29 de setembro de 2000, o Banrisul recebeu autuação imposta pelo Banco Central do Brasil em conexão com processos administrativos abertos por aquela Autoridade Monetária, relativamente a supostas irregularidades cometidas em operações de câmbio entre 1987 e 1989. Em deliberação administrativa de segunda instância, foi determinado ao Banrisul o pagamento de multa equivalente a 100% do valor das operações supostamente irregulares, decisão essa que está sendo contestada judicialmente pela sua Administração, que de forma preventiva e atendendo aos requisitos do BACEN, decidiu pela constituição de provisão para possíveis perdas. O saldo em 30 de junho de 2007 é R\$ 99.056 mil (2006 - R\$ 142.485 mil), tendo sido revertido no semestre R\$ 48.292 mil devido revisão da estimativa do valor a ser desembolsado, caso a decisão judicial final tenha desfecho desfavorável.

NOTA 15

Receitas de Prestação de Serviços

	Em Milhares de Reais	
	2007	2006
Administração de Fundos	25.278	44.365
Cobrança de Títulos	21.752	22.893
Banricompras	16.108	12.758
Manutenção de Contratos e Renovação de Contas	11.117	12.020
Devolução de Cheques	23.748	25.854
Débitos em Conta	4.273	3.864
Fornecimento de Talonários e Extratos	7.628	6.874
Serviços de Arrecadação	24.014	22.131
Tarifas Bancárias	67.525	68.961
Anuidade e Renovação de Cartões Magnéticos	655	724
Transações com Cheques	2.249	2.801
Outras Receitas de Serviços	21.265	15.506
Total	225.612	238.751



NOTA 16

Outras Despesas Administrativas

	<u>Em Milhares de Reais</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Processamento de Dados e Telecomunicações	68.005	58.773
Vigilância, Segurança e Transporte de Valores	29.772	26.478
Amortização e Depreciação	16.565	19.177
Aluguéis	15.336	18.496
Materiais	10.846	8.796
Serviços de Terceiros	35.076	42.694
Propaganda, Promoções e Publicidade	24.226	26.712
Manutenção e Conservação	8.916	8.442
Água, Energia e Gás	9.053	9.303
Outras	20.056	22.237
Total	237.851	241.108

NOTA 17

Outras Receitas Operacionais

	<u>Em Milhares de Reais</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Recuperação de Encargos e Despesas	23.032	19.533
Reversão de Provisões Operacionais		
- Perdas em Participações Societárias	464	-,-
- Multas de Câmbio BACEN (Nota 14(c))	50.864	1.998
- Outros Valores e Bens	5.198	5.702
- Pagamentos a Efetuar	-,-	2.279
- Provisão para Perdas de Securitização (Nota 13)	1.990	22.675
- Outras - Processos Fiscais	16.844	-,-
- Outros Tributos	1.852	-,-
Comissão sobre Títulos de Capitalização	2.708	2.992
Tarifas Interbancárias	8.959	7.933
Ajuste Cambial - Dependências no Exterior	-,-	13.528
Títulos de Créditos a Receber	4.081	3.972
Fundo de Reserva - Despósito Judicial - Lei nº 12.069	3.655	4.621
Outras Receitas Operacionais	6.048	4.978
Total	125.695	90.211

NOTA 18

Outras Despesas Operacionais

	<u>Em Milhares de Reais</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Descontos Concedidos de Renegociações	3.402	3.471
Despesas com Provisões Trabalhistas	20.000	7.528
Despesas com Perdas em Participações	-,-	150
Despesas com Provisões de Imóveis - Bens não de Uso	472	-,-
Despesas com Provisões para Perdas de Securitização (Nota 13)	1.600	-,-
Despesas com Provisões para Ações Cíveis	1.789	-,-
Despesas com Arrecadação de Tributos Federais	574	664
Despesas com Atualização da Provisão para Riscos Fiscais (CS/IR) - (Nota 14 (a))	11.201	15.326
Despesas com Indenizações de Processos	1.669	3.181
Atualização Monetária Multas Câmbio - BACEN (Nota 14(c))	1.888	5.616
Atualização Monetária Déficit Atuarial da Fundação Banrisul (Nota 23)	2.648	1.975
Despesas de Cheque Especial e Banricompras Premiável	3.315	3.357
Despesas com Provisão para Dívidas assumidas junto ao GESB ...	191	1.414
Ajuste Cambial - Dependências no Exterior	12.277	23.142
Reversão de Rendas a Receber do Estado do Rio Grande do Sul (Notas 09 e 25)	16.662	-,-
Outras Despesas Operacionais	10.052	8.435
Total	87.740	74.259

NOTA 19

Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 51.346.171.730 ações, sem valor nominal, conforme abaixo:

	ON	PNA	Total	%
Estado do Rio Grande do Sul	30.629.978.974	20.408.222.848	51.038.201.822	99,40
Fundação Banrisul de Seguridade Social	67.358.173	23.847.512	91.205.685	0,18
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul	6.740.177	25.291.854	32.032.031	0,06
Outros	42.031.732	142.700.460	184.732.192	0,36
Total	30.746.109.056	20.600.062.674	51.346.171.730	100,00

Em 30 de abril de 2007, o Banrisul, através das Assembléias Geral Ordinárias e Extraordinárias, efetuou aumento de capital com incorporação de Reservas de Lucro com a emissão de 10.269.234 mil novas ações, no montante de R\$ 334.000 mil. As Assembléias aprovaram, também, a nova designação das ações preferenciais existentes em classe A e a criação da classe de ações preferenciais classe B e a possibilidade de conversão, aos detentores de ações preferenciais classe A em ordinárias ou preferenciais classe B.

Estas movimentações podem ser resumidas como segue:

	Em Milhares de Ações			
	<u>Capital Social em 31/12/2006</u>	<u>Nova Designação</u>	<u>Emissão</u>	<u>Conversão</u>
ON	20.538.469	-,-	-,-	10.207.640
PN	20.538.469	(20.538.469)	-,-	-,-
PNA	-,-	20.538.469	10.269.234	(10.207.640)
Total	41.076.938	-,-	10.269.234	-,-
				51.346.172

As ações preferenciais não tem direito a voto e passam a ter a seguinte remuneração:

Ações Preferenciais Classe A:

(i) Prioridade no recebimento de um dividendo fixo preferencial, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano, calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social pelo número de ações que o compõem;

(ii) Direito de participar, depois de pago às ações Ordinárias e Preferenciais Classe B um dividendo igual ao pago a tais ações, na distribuição de quaisquer outros dividendos ou bonificações em dinheiro distribuídos pela sociedade, em igualdade de condições com as Ações Ordinárias e Preferenciais Classe B, com o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor pago a tais ações;

(iii) Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B;

(iv) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio;

(v) O direito assegurado a título de remuneração sobre o Capital Próprio, poderá ser imputado ao Dividendo Obrigatório, integrando tal valor o montante dos Dividendos Distribuídos pela sociedade.

Ações Preferenciais Classe B:

- (i) Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe A;
- (ii) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio;
- (iii) O direito assegurado a título de remuneração sobre o Capital Próprio, poderá ser imputado ao Dividendo Obrigatório, integrando tal valor o montante dos Dividendos Distribuídos pela sociedade;

A Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 06 de abril de 2006, aprovou aumento de capital mediante aproveitamento de Reservas de Lucros, sendo R\$ 10.000 mil de Reserva Legal, R\$ 60.000 mil de Reserva de Expansão e R\$ 66.757 mil com as Reservas Estatutárias (Reserva Especial), totalizando R\$ 136.757 mil, sem emissão de novas ações.

(b) Distribuição de Resultado

O Lucro Líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei n.º 6.404/76, terá as seguintes destinações: (I) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social, (II) 25% para constituição de Reserva Estatutária, (III) Dividendos Obrigatórios mínimos até o limite de 25% do Lucro Líquido Ajustado. O Lucro restante terá a destinação determinada pela Assembléia Geral.

A Reserva Estatutária terá por finalidade garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática, e está limitada a 70% do Capital Social Integralizado.

Conforme facultado pela Lei nº 9.249/95, a administração do Banrisul antecipou o pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio no montante de R\$ 80.500 mil no semestre (2006 – 100.000 mil), e provisionou R\$ 20.200 mil que foi pago aos acionistas em 06 de julho de 2007, os quais serão imputados, pelo seu valor líquido do Imposto de Renda na Fonte, quando aplicável, ao pagamento de Dividendo Mínimo Obrigatório. Também foi provisionado a título de Dividendos Complementares o montante de R\$ 71.519 mil.

O pagamento dos Juros Sobre o Capital Próprio resultou em benefício tributário para o Banrisul da ordem de R\$ 28.049 mil no semestre (2006 – R\$ 16.325 mil) (Nota 22).

	<u>Em Milhares de Reais</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Lucro Líquido do Semestre.....	725.131	188.896
Ajuste		
- Reserva Legal	(36.256)	(9.445)
Base de Cálculo dos Dividendos	688.875	179.451
Dividendo Mínimo Obrigatório 25%	172.219	44.863
Juros sobre Capital Próprio		
Pagos		
- Ações Ordinárias (R\$ 1,9290166 por lote de mil ações)	39.619	48.905
- Ações Preferenciais (R\$ 1,9904577 por lote de mil ações)	40.881	51.095
Provisionados		
- Ações Ordinárias (R\$ 0,3283729 por lote de mil ações)	10.096	-,-
- Ações Preferenciais A (R\$ 0,4904746 por lote de mil ações)	10.104	-,-
Dividendos Provisionados e Não Declarados	71.519	-,-

NOTA 20

Acordo de Basiléia

As Instituições Financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio Líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, conforme Resolução n.º 2.099/94 do Conselho Monetário Nacional e legislação complementar. Em 30 de junho de 2007, a relação entre o patrimônio de referência e o patrimônio líquido exigido do Conglomerado Financeiro Banrisul, determinou o Índice de Basiléia de 21,12% (2006 – 18,88%), portanto, significativamente superior ao mínimo de 11% exigidos pelas normas vigentes.

NOTA 21

Compromissos, Garantias e Outros

(a) Em 22 de abril de 2004, foi sancionada a Lei Estadual nº 12.069, alterada pela Lei nº 12.585 de 29 de agosto de 2006 mediante a qual o Banco deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 85% (até 70% em junho de 2006) dos depósitos judiciais efetuados por terceiros junto ao Banco (excetuando-se aqueles cuja parte litigante seja Município). A parcela não disponibilizada deverá constituir fundo de reserva destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos judiciais. Em 30 de junho de 2007, o montante de depósitos judiciais efetuados por terceiros no Banco totalizava R\$ 2.085.708 mil (2006 – R\$ 1.372.017 mil), do qual R\$ 1.545.000 mil (2006 – R\$ 956.400 mil), foi transferido para o Estado e baixado das respectivas contas patrimoniais e o saldo remanescente, que constitui a disponibilidade do fundo anteriormente mencionado, administrado pelo Banrisul, está registrado na rubrica Obrigações para Fundos de Financiamento e Desenvolvimento (Nota 13).

(b) Avais e fianças prestados a clientes montam R\$ 126.482 mil (2006 – R\$ 84.391 mil), estão sujeitos a encargos financeiros e contam com garantias dos beneficiários.

(c) O Banrisul é responsável pela custódia de 165.995 mil títulos de clientes (2006 – 120.781 mil).

(d) O Banco possui coobrigações em créditos abertos para importação no valor de R\$ 21.106 mil (2006 – R\$ 17.168 mil).

(e) O Banco remunerou seus administradores durante o primeiro semestre de 2007 em R\$ 649 mil (2006 – R\$ 468 mil).

(f) O Banrisul é administrador de diversos fundos e carteiras, que apresentaram os seguintes patrimônios líquidos:

	Em Milhares de Reais	
	2007	2006
Fundos de Investimento	3.962.555	3.758.178
Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública do Estado do Rio Grande do Sul	127.459	10.914
Fundo de Apoio à Microempresa, ao Micro Produtor Rural e à Empresa de Pequeno Porte - FUNAMEP	13	13
Recursos de Terceiros	287.318	-,-
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - CEEE	105.350	122.357
Total	<u>4.482.695</u>	<u>3.891.462</u>

NOTA 22

Imposto de Renda e Contribuição Social

(a) Reconciliação da Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social:

	<u>Em Milhares de Reais</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Resultado antes da Tributação e Participação dos Empregados sobre o Lucro	270.129	296.630
Encargo total do Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(91.844)	(100.854)
Efeito das Adições e Exclusões no Cálculo dos Tributos		
Provisão - Multa Câmbio BACEN	16.419	(1.909)
Participações em Controladas e Dependências no Exterior	908	2.374
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas Não Tributáveis	1.163	(3.309)
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 19(b))	28.049	16.325
Participações Estatutárias no Lucro	306	-,
Constituição de Crédito Tributário de Períodos Anteriores	504.239	-,
Parcela do Crédito Tributário não Registrada	(3.338)	(20.361)
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	455.902	(107.734)

(b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:

Desde 1998 quando ocorreu a inclusão no Programa de Saneamento de Instituições Financeiras – PROES, o Banrisul reverteu o histórico de prejuízos e vem apresentando crescentes lucros tributáveis decorrentes de seus planos de negócios.

Presente a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e a Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, do Conselho Monetário Nacional, alterada pela Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006, e tendo em vista estudo técnico que demonstra a disposição para o crescimento do Banrisul e a capacidade para geração de lucros tributáveis futuros, de forma contínua e em montantes suficientes, está demonstrada a probabilidade de ocorrência de obrigações tributárias futuras com impostos e contribuições que permitam a realização de crédito tributário no prazo máximo de dez anos. A Administração do Banrisul considera que o aumento de capital do Banco, com a captação de novos recursos, é um passo essencial para a implementação do plano de negócios para os próximos anos, em especial de sua carteira de crédito e contribuirá de forma importante para o crescimento das operações e o fortalecimento da situação financeira da instituição. Pelos fatores acima citados, no semestre findo em 30 de junho de 2007 registramos os créditos tributários e os débitos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre diferenças temporárias oriundos, principalmente de exercícios anteriores no montante de R\$ 518.243 mil e de R\$ 7.053 mil, respectivamente, impactando o resultado do período positivamente em R\$ 511.190 mil, conforme:

(b1) Créditos Tributários

	<u>Em Milhares de Reais</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	384.033	
Provisão para Riscos Trabalhistas	59.680	
Provisão para Riscos Fiscais	42.381	
Outras Provisões Temporárias	35.487	
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	521.581	
Créditos não Registrados	(3.338)	
Total de Créditos Tributários Registrados	518.243	
Obrigações Fiscais Diferidas	(7.053)	
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	511.190	

A expectativa de realização destes créditos é a seguinte:

Ano	Diferenças Temporárias			Em Milhares de Reais	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Totais Registrados	
2007	107.483	38.694	146.177	146.177	
2008	97.163	34.979	132.142	132.142	
2009	84.428	30.394	114.822	114.822	
2010	20.344	7.324	27.668	27.668	
2011	49.588	17.852	67.440	67.440	
2012 a 2014	16.374	5.894	22.268	22.268	
2015 a 2016	5.681	2.045	7.726	7.726	
Após 2016	2.454	884	3.338	-	
Total	<u>383.515</u>	<u>138.066</u>	<u>521.581</u>	<u>518.243</u>	

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$ 425.325 mil e o valor presente dos créditos tributários registrados é de R\$ 424.079 mil, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

(b2) Obrigações Fiscais Diferidas

	Em Milhares de Reais
	2007
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos para Negociação	(7.053)
Total	(7.053)

NOTA 23

Fundação Banrisul de Seguridade Social e Cabergs - Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul

(a) O Banrisul é o principal patrocinador da Fundação Banrisul de Seguridade Social, que tem como principais objetivos a complementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Social aos funcionários do Banco, da própria Fundação e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - CABERGS, assim como execução de programas assistenciais promovidos por seus mantenedores.

Para a execução de seus objetivos, a Fundação recebe contribuições mensais dos patrocinadores e de seus participantes, calculadas com base na remuneração mensal dos funcionários. O montante das contribuições do Banco no semestre totalizou R\$ 4.782 mil (2006 - R\$ 4.254 mil), correspondendo, em 30 de junho de 2007 a 3,45% (2006 – 3,75%) sobre a folha mensal dos salários de participação dos empregados e foi imputado às despesas operacionais.

O plano de benefícios da Fundação é do tipo “benefício definido” e sua avaliação, de conformidade com a legislação específica, é procedida anualmente na data de encerramento do exercício social por atuário independente.

Em 31 de dezembro de 1997, o déficit atuarial da Fundação foi calculado em R\$ 525.389 mil.

Em 31 de março de 1998, em conexão com o processo de saneamento financeiro do Banrisul, no âmbito do Programa de Reestruturação do Sistema Financeiro Estadual - PROES, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul assumiu contratualmente a responsabilidade pelo pagamento de parte desse déficit, no valor de R\$ 500.000 mil, a serem pagos em 30 anos, acrescidos de juros de 6% a.a. e atualizados pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI. O valor assumido pelo Estado é, ainda, reavaliado anualmente com base em novos cálculos atuariais. Em garantia dessa dívida, foram caucionadas ações da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, de propriedade do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Adicionalmente, o Banrisul foi autorizado a debitar valores eventualmente inadimplidos, com seus respectivos acréscimos, em conta corrente mantida pelo Estado junto ao Banrisul. No semestre encerrado em 30 de junho de 2007, o Estado do Rio Grande do Sul pagou à Fundação Banrisul de Seguridade Social, o valor de R\$ 33.362 mil, estando o cumprimento das obrigações contratuais em curso normal.

A parcela remanescente do déficit atuarial apurado em 31 de dezembro de 1997 foi assumida pelo Banrisul, devendo ser paga nas mesmas condições de prazo, juros e atualização monetária. Em 30 de junho de 2007, esse saldo totalizava R\$ 54.455 mil (2006 – R\$ 53.330 mil), registrado na rubrica Outras Obrigações (Nota 13).

(b) O Banrisul oferece benefícios de assistência médica e odontológica, através da CABERGS, a seus funcionários e aposentados pela Fundação Banrisul.

(c) Em 31 de dezembro de 2006, a avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego concedidos a seus funcionários, apresentava o seguinte resultado:

	Em Milhares de Reais		
	Plano Previdenciário	Plano Médico e Odontológico	Total
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(1.482.458)	(72.713)	(1.555.171)
Valor Justo dos Ativos da Fundação (*)	1.650.782	55.721	1.706.503
Ganhos/Perdas e Custos dos Serviços ainda não Reconhecidos	128.864	18.883	147.747
Ativo (Passivo) Atuarial	297.188	1.891	299.079

(*) Inclui o valor a receber do Governo do Estado do Rio Grande do Sul relativo ao déficit atuarial apurado em 31 de dezembro de 1997, conforme mencionado no item (a), no montante atualizado e reavaliado atuarialmente de R\$ 586.161 mil.

As principais premissas atuariais utilizadas em 31 de dezembro de 2006 foram as seguintes:

- Taxas de desconto: 11,80% a.a.
- Taxas de retorno esperado dos ativos: 12,89% a.a.
- Crescimento salariais futuros: 6,08% a.a.
- Crescimento dos custos médicos: 7,12% a.a.
- Inflação: 4,00% a.a.
- Tábuas de mortalidade: AT - 49 ajustada do modo a incorporar 3/5 da diferença entre as probabilidades de morte da AT - 83 e AT - 49.

NOTA 24

Instrumentos Financeiros

Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez, abaixo definidos:

· Risco de crédito: decorre da contraparte de não honrar compromisso contratado, da degradação de garantias e da concentração em cliente ou setor, onde a área de Risco é responsável pela avaliação do risco de crédito presente nas operações de tesouraria, bem como pela proposição de limites máximos para assunção de tais riscos.

O Banrisul utiliza modelo próprio de classificação de risco, que está em conformidade com a Resolução nº 2.682 do BACEN, permitindo a classificação de risco de toda a base de clientes da instituição. A concessão de crédito utiliza-se de modelos estatísticos para definição de limites de crédito a clientes do segmento de varejo, em especial em operações com pessoas físicas.

· Risco de mercado: é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços cotados em mercado e outros valores, e em função do tipo de produto, do volume de operações, prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente.

· Risco de liquidez: é a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis decorrentes de operações com instrumentos financeiros que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A mensuração dos riscos é efetuado através de uma ferramenta baseada na metodologia de cálculo do valor em risco (VAR). Para controlar o nível de exposição, foram estabelecidos limites, monitorados diariamente pela Unidade Financeira, definindo uma estratégia de investimentos e um melhor controle de processos de gestão de risco.

NOTA 25

Saldos e Transações com Partes Relacionadas

Instrumentos Financeiros	Em Milhares de Reais							
	Ativos (Passivos)		Empresas controladas		Controlador - Estado do Rio Grande do Sul			
	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Derivativos	-,-	-,-	-,-	-,-	101.005	7.571	4.028	(1.993)
Serviços de Arrecadação(*) ..	-,-	-,-	-,-	-,-	29.531	51.980	24.014	22.131
Outros Créditos	1.625	1.595	1.286	1.115	-,-	-,-	-,-	-,-
Depósitos à Vista	(10.497)	(1.165)	-,-	-,-	(112.782)	(112.262)	-,-	-,-
Depósitos a Prazo	(121.314)	(116.031)	(5.846)	(7.145)	-,-	-,-	-,-	-,-
Captações no Mercado Aberto	(32.513)	(27.034)	(1.875)	(2.036)	-,-	-,-	-,-	-,-
Outras Obrigações	(9.633)	(10.871)	(321)	(317)	-,-	-,-	-,-	-,-
Total	(172.332)	(153.506)	(6.756)	(8.383)	17.754	(52.711)	28.042	20.138

As aplicações e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

(*) Em 29 de junho de 2007 foi estabelecido Termo de Convênio de nº 1959/2007, entre o Banrisul e o Estado do Rio Grande do Sul, no qual o Estado assegurará ao Banrisul a exclusividade na prestação dos serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal dos servidores ativos, inativos, pensionistas vitalícios e especiais do Poder Executivo, e dos pensionistas previdenciários,

pelo prazo de 5 anos. No mesmo Termo de Convênio o Banrisul exonera o Estado do Rio Grande do Sul de qualquer custo associado à prestação dos serviços bancários de arrecadação de receitas e tributos estaduais, débitos em contas correntes, extratos de FGTS e serviços de cobrança de créditos imobiliários desde 2002, tendo sido consequentemente revertido o saldo a receber de R\$ 16.662 mil.

NOTA 26

Eventos Subsequentes

(a) Em 05 de julho de 2007, o Estado do Rio Grande do Sul converteu 20.000.000.100 Ações Preferenciais Classe A em Ações Preferenciais Classe B e em 23 do mesmo mês, conforme autorização constante em Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 01 de junho de 2007, houve o grupamento na proporção de 150 ações em uma nova ação da respectiva espécie e classe.

Estas movimentações podem ser resumidas como segue:

	Milhares			Ações
	Quantidade em 30/06/2007	Conversão de Ações	Quantidade após a Conversão	
ON	30.746.109	-,-	30.746.109	204.974.060
PNA	20.600.063	(20.000.000)	600.063	4.000.417
PNB	-,-	20.000.000	20.000.000	133.333.334
Total	51.346.172	-,-	51.346.172	342.307.811

(b) No dia 25 de julho de 2007, o Banco publicou anúncio de oferta pública de distribuição primária e secundária de Ações Preferenciais Classe B no montante global de R\$ 2.086.957 mil. Serão emitidas 66.666.666 novas Ações Preferenciais Classe B com o preço de emissão por ação de R\$ 12,00, gerando um aumento de capital no montante de R\$ 800.000 mil. Os custos de colocação serão imputados no resultado do segundo semestre de 2007.

O quadro abaixo indica a quantidade de ações Ordinárias e Preferenciais detidas diretamente pelos principais acionistas do Banrisul, após o evento acima descrito.

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais Classe A		Ações Preferenciais Classe B		Total
		%	%	%	%	
Estado do Rio Grande do Sul ...	204.199.851	99,7%	2.721.484	68,0%	26.086.957	13,0% 233.008.292
Fundação Banrisul	449.054	0,2%	158.983	4,0%	-,-	0,0% 608.037
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul ..	44.934	0,0%	168.612	4,2%	-,-	0,0% 213.546
Administradores	8	0,0%	12	0,0%	-,-	0,0% 20
Outros	280.213	0,1%	951.326	23,8%	173.913.043	87,0% 175.144.582
Total	204.974.060	100,0%	4.000.417	100,0%	200.000.000	100,0% 408.974.477

Pareceres

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

I. Disposições Institucionais e Regimentais - O Comitê de Auditoria, como órgão estatutário do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., criado pela Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2004, é composto pelos membros abaixo firmados, eleitos pelo Conselho de Administração em 24 de junho de 2004, os quais tomaram posse em 12 de agosto de 2004, e foram depois reeleitos em 20 de abril de 2006. O Comitê de Auditoria é regido por Regimento Interno, aprovado em reunião de 17 de novembro de 2004, cujo teor está disponível no site www.banrisul.com.br, consolidado pelo Conselho de Administração na reunião de 03 de fevereiro de 2005.

O Comitê de Auditoria tem a competência de zelar pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela integridade e qualidade das demonstrações contábeis da instituição e de suas controladas, da eficácia e efetividade da atuação da auditoria independente e da auditoria interna, do acompanhamento permanente da qualidade dos controles internos e da gestão de riscos, valendo-se, para tanto, ao longo do semestre, da análise de dados contábeis, dos relatórios gerenciais e de informações complementares e de reuniões mantidas com a presidência e diretores da instituição, e com executivos de vários níveis da organização.

II. O Desenvolvimento da Programação de Trabalho no 1º Semestre/2007 - Atendendo ao que foi estabelecido no Regimento Interno, o Comitê elaborou sua programação de trabalho, ainda no 1º Semestre/2007, que ficou, assim definida: reuniões mensais com os representantes do Banco Central do Brasil, com a Presidência e Diretores do Banco, com a Auditoria Interna e as Unidades de Controladoria, Contabilidade, Recuperação de Créditos e Assessoria Jurídica; bimestrais com a empresa de auditoria externa, e trimestrais com o Conselho Fiscal, com as empresas subsidiárias – Corretora, Consórcios e Armazéns Gerais -; Fundação Banrisul de Seguridade Social e Caixa de Assistência dos Funcionários do Banrisul – Cabergs.

No 1º semestre/2007, que compreende o período de 06-02-2007 a 26-06-2007, o Comitê realizou vinte (20) reuniões, mais cinco (05) até o mês de agosto/2007 conforme excerto do próprio Relatório do Comitê de Auditoria, onde abordou assuntos diversos com os diretores do Banco, das subsidiárias; com os superintendentes executivos das diferentes unidades, obteve informações e documentos, solicitou a presença, quando necessária, de profissionais ou do responsável pela área de atuação, e dos auditores externos.

III. Auditoria Interna: A Auditoria Interna apresentou sua proposta de trabalho para o exercício corrente, com base na qual se fez o acompanhamento permanente das atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos pela área. O Comitê de Auditoria recebeu, analisou e aprovou a programação de trabalho da Auditoria Interna para 2007.

IV. Auditores Independentes - A *Deloitte Touche Tohmatsu* Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria independente das demonstrações contábeis do exercício em curso, cabendo-lhe assegurar que estas representem, de forma adequada, todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e de suas controladas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com a legislação societária, com as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários e demais normativos aplicáveis.

No decorrer do semestre, os auditores independentes realizaram, de acordo com o contratado, as tarefas que lhe foram propostas.

O trabalho dos auditores independentes foi acompanhado ao longo do semestre, certificada a condição de irrestrito acesso a dados da Instituição, de modo a assegurar total liberdade na execução do contrato, não havendo evidências de quaisquer fatos ou circunstâncias que pudessem prejudicar a adoção de postura independente, nem tampouco sua atuação.

V. Ênfases: O Comitê de Auditoria participou ativamente, do início ao fim, do Processo de Oferta de Ações do Banrisul, que começou em março de 2007, com o Project Chimarrão/ *Working Group List*, em que tomaram parte os Bancos *Credit Suisse* e *UBS Pactual*, a empresa Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados, Simpson Thacher & Bartlett LLP e Pinheiro Neto Advogados, os Conselheiros de Administração e Fiscal, a Diretoria do Banrisul e superintendentes executivos ligados ao assunto.

O processo, que contou com o envolvimento e o acompanhamento constante do Comitê de Auditoria, consistiu na distribuição pública primária de 66.666.666 ações preferenciais classe B, nominativas escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia ("Distribuição primária de Ações") no âmbito da oferta pública de distribuição ("Oferta") realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado e em regime de garantia firme de liquidação, com esforços de venda no exterior, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em conformidade com o disposto nas isenções de registros previstas na Rule 144^a e na Regulation S, ambas do *Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos da América. A oferta foi coordenada pelo Banco de Investimentos *Credit Suisse* (Brasil S/A ("Coordenador Líder") e do Banco UBS Pactual S/A com a participação de instituições

financeiras por eles contratadas, em conformidade com os procedimentos estabelecidos pela Instrução CVM 400 e, ainda, com esforços de colocação no exterior, que foram realizados pelo Credit Suisse Securities (USA) LLC e do UBS Securities LLC ("Agentes de Colocação Internacional").

Em 1º-08-2007, foi encerrado, com a venda das ações preferenciais classe B, na Bolsa de Valores de São Paulo, onde estiveram presentes a Governadora do Estado, Yeda Crusius, o Secretário de Estado da Fazenda, Aod Cunha de Moraes Júnior, o Presidente do Banrisul, Fernando Guerreiro de Lemos, o Diretor Financeiro do Banco Ricardo Richiniti Hingel, e outros secretários de Estado.

Em face da necessidade de normatização, mereceu destaque a criação do Canal de Comunicação de Erros e Fraudes, que foi implantado e disponibilizado na Internet, em 29-06-2007.

O Comitê de Auditoria acompanhou, durante o 1º Semestre/2007, o desenvolvimento das atividades do Grupo Gestor de Contingências Trabalhistas e Cíveis e a Mesa de Prevenção e Negociação de Ações Trabalhistas, criadas pela Resolução nº 4262, de 16-01-2007.

Também, nesse semestre, o desenvolvimento dos aspectos relacionados à segurança de tecnologia da informação, e os trabalhos relacionados à detecção de indícios e prevenção de lavagem de dinheiro, além de fraudes eletrônicas a clientes e ao próprio Banco.

Conforme determinam as boas práticas de governança corporativa, o Comitê de Auditoria realizou a sua auto-avaliação, encaminhando aos integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal e do Banco Central do Brasil, para conhecimento e apreciação.

Entendendo ser relevante a qualificação profissional do Secretário do Comitê de Auditoria, oportunizaram a sua participação na 3ª Edição do Curso para Conselheiros de Administração, promovido pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, num total de 64 horas.

Da mesma forma que nos exercícios anteriores, os membros do Comitê de Auditoria preocuparam-se com o seu aperfeiçoamento técnico para desempenhar melhor suas funções. Nessa perspectiva, também no primeiro semestre de 2007, participaram de eventos de atualização e treinamento em matéria de Governança Corporativa e Comitês de Auditoria, como a 10ª Mesa de Debates do Audit Committee Institute (ACI) da KPMG, ocorrida em 09-03-2007; do Curso "2ª Conferência sobre Beyond Budgeting no Brasil, realizado nos dias 11 e 12-04-2007; do Curso Avançado para Conselheiros de Administração, 1º Semestre/2007, promovido pelo IBGC, no período de 07 a 10-05-2007, em São Paulo/SP; do 5º Congresso das Entidades Filiadas à Federasul, em 23-06-2007, em Gramado/RS e

do Seminário “Comitê de Auditoria nas Instituições Financeiras”, promovido pela KPMG/ACI, dia 06-08-2007, em São Paulo.

VI. Conclusão - Considerando os sistemas de controles internos existentes, a abrangência, a profundidade e a amplitude dos trabalhos realizados pelas auditorias interna e externa, e a emissão do parecer dos auditores independentes, sem ressalvas, emitido em 27-07-2007, mais as recomendações do Comitê de Auditoria, exaradas nas respectivas atas, entendemos que os trabalhos executados foram satisfatórios, suportando a qualidade e a transparência das demonstrações contábeis consolidadas em 30 de junho de 2007.

Porto Alegre, 07 de agosto de 2007.

João Verner Juenemann
João Zani
Manoel André da Rocha

Parecer do Conselho Fiscal

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, itens II e VII, da Lei 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório de Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Semestre, Origens e Aplicações de Recursos, Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas, Relatório do Comitê de Auditoria e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2007. Com base em nossos exames e no Parecer da Auditoria Independente, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 09 de agosto de 2007.

Claudio Morais Machado

Presidente

Ronei Xavier Janovik

Vice-Presidente

Irno Luiz Bassani

Rubens Lahude

Telmo José Lopes de Souza

Conselheiros

Parecer dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Acionistas do
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.
Porto Alegre - RS

1. Examinamos os balanços patrimoniais, individuais e consolidados, do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul) e controladas (Banrisul Consolidado), levantados em 30 de junho de 2007 e de 2006, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (individual) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos semestres findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos do Banrisul e controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Banrisul e controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e controladas em 30 de junho de 2007 e de 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (individual) e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos semestres findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Porto Alegre, 27 de julho de 2007

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes
CRC nº. 2 SP 11.609/O-8/F/RS
Fernando Carrasco
Contador
CRC nº. 1 SP 157.760/T/RS

Deloitte.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Secretaria da Fazenda
Banco do Estado do Rio Grande do Sul

Diretoria

FERNANDO GUERREIRO DE LEMOS
Presidente

RUBENS SALVADOR BORDINI
Vice-Presidente

CARLOS TADEU AGRIFOGLIO VIANNA
LUIZ GONZAGA VERAS MOTA
LUIZ VALDIR ANDRES
PAULO ROBERTO GARCIA FRANZ
RICARDO RICHINITI HINGEL
URBANO SCHMITT
Diretores

Conselho de Administração

AOD CUNHA DE MORAES JÚNIOR
Presidente
FERNANDO GUERREIRO DE LEMOS
Vice-Presidente
ARIO ZIMMERMANN
IVO DA SILVA LECH
JOÃO VERNER JUENEMANN
JOÃO ZANI
MANOEL ANDRÉ DA ROCHA
RUBENS SALVADOR BORDINI
Conselheiros

LUIZ CARLOS MORLIN
Contador CRCRS 51.124



**GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL**



Fundado em 12 de setembro de 1928
endereço matriz: rua capitão montanha, 177
Porto alegre – rs – Brasil
www.banrisul.com.br